REDES SOCIAIS E NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO: DA APROPRIAÇÃO DE CORPOS AOS REGIMES DE EXCEÇÃO

Palavras-chave – redes sociais, dominação, contemporaneidade

Resumo da mesa:

O protagonismo das redes sociais é de fundamental importância para a compreensão de formas distintas de dominação na atualidade e sua disseminação, em particular o fenômeno da ascensão da extrema direita bem como de formas clássicas de subalternização, como a prostituição. A proposta desta Mesa é discutir o protagonismo deste tipo de comunicação no cenário contemporâneo, destacando as estratégias de sedução e engajamento através das redes de movimentos de extrema direita sob o prisma do design gráfico, o papel das redes na sua ligação com o aumento do consumo de pornografia, prostituição e violência sexual no cenário atual e, finalmente, debater o papel das redes sociais na ascensão da extrema direita no cenário político global, destacando a tentativa de golpe no Brasil para a permanência da extrema direita no poder, a qual culmina com o episódio do 8 de janeiro de 2022, em Brasília.

Coordenadora da Mesa – Rita de Cássia Aragão Matos

Artigos e Autores

Profa. Dra. Carla de Araujo Risso - A crise é estética: a criação de mensagens visuais de cunho político pela extrema direita americana e brasileira

Prof. Dr. Jorge Garcia Marin - Estudio sobre el sistema prostitucional en la era digital: una radiografía sociológica a partir de los discursos de las mujeres prostituidas y las personas técnicas

Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos - Sentidos do Golpe: O papel das Redes Sociais no 8 de Janeiro

Apresentação da Mesa:

Uma questão fundamental a ser compreendida quando discutimos a ascensão da extrema direita, a disseminação de discursos de ódio, a produção da ignorância, o domínio sobre os corpos na atualidade, é o papel das redes sociais neste processo.

A relação entre as redes e o enfraquecimento da democracia é um tema que tem mobilizado estudiosos em todo o mundo, uma vez que este é um fenômeno global e contribui para questionar não somente a sustentação da democracia e dos direitos humanos em países do Sul global, como o Brasil, mas também países como os Estados Unidos, antes considerado um país constituído por instituições sólidas, de caráter democrático.

Diversos estudos apontam para o fato de que no mundo virtual conteúdos vinculados a movimentos de extrema direita, a exemplo de discursos de ódio, manifestações racistas e de cunho autoritário, são crescentes e, mesmo, hegemônicos.

A disseminação destes discursos de ataques à democracia, a febre das fake News e a permanência de práticas históricas de dominação revigoradas através das alíneas virtuais, inundam as redes sociais e colocam um grande desafio no tocante a sua contenção, implicando em se definir política e juridicamente formas de regulação.

De um lado, boa parte das empresas de tecnologia resistem a formas de regulação dos conteúdos disseminados pois operam a partir da lógica do lucro e, em alguns casos, mantêm relações com setores de extrema direita e interesses econômicos poderosos.

Embora setores progressistas estejam atentos ao fenômeno e busquem atuar nas redes, tais esforços até então têm sido insuficientes para equilibrar a guerra simbólica travada no mundo virtual, posto que conteúdos de influenciadores e outras estratégias de produção em massa de conteúdos, como o uso de robôs, ainda estão ganhando esta disputa pois se destacam mais nas plataformas, viralizando numa velocidade exponencial e potencializando cada vez mais seguidores.

Para vários analistas, tanto da academia quanto atuantes no campo da economia e ligados ao mercado, sob a lógica do lucro, é inequívoco que as empresas que controlam as redes sociais

monetizam numa escala excepcional quando veiculam conteúdos desta natureza (discursos de ódio, racistas, autoritários, eróticos).

O que está envolvido neste processo? A captura da atenção dos sujeitos mergulhados no mundo virtual. Os algoritmos. O que está em disputa é, portanto, a atenção e, como consequência, o lucro gerado para as empresas através de anúncios e mensagens encarnados nos conteúdos disseminados, além de dividendos políticos.

Se o cenário contemporâneo é marcado pela liquidez dos afetos, pelas incertezas, pelo medo e, ao mesmo tempo, pela busca de sentidos que, supostamente, garantiriam um solo rígido, o discurso autoritário alimenta-se desta insegurança, medo, ódio contido, dos sentimentos represados, mobilizando, portanto, afetos submersos no cotidiano dos sujeitos que parecem encontrar um lugar para manifesta-se, para revelar-se.

Por certo, as redes sociais não podem ser reduzidas a estes aspectos negativos, no entanto é indubitável que este é, no nosso mundo, um espaço privilegiado para a disseminação de discursos autoritários.

Por trás das telas ecoam sentimentos humanos muitas vezes adormecidos e à espera de um momento para emergir. Deste modo, as redes, através de novos tiranos, passam a operar como antenas que captam estes sentimentos humanos, canalizando-os para seus interesses.

Assim como os meios de comunicação tradicionais como o rádio e a TV exploram e exploraram sentimentos humanos profundos, meios incorporados como filhos diletos do capitalismo em sua fase de alta fragmentação e celeridade, as redes sociais operam neste mesmo sentido, aprofundando ainda mais estas características, e buscam seduzir, atrair, mobilizar, satisfazer, ainda que imaginariamente, desejos encobertos.

Enfim, o crescimento do discurso autoritário através das redes na vida social é um fenômeno que vem sendo estudado pelos mais diversos campos do conhecimento. Diante deste cenário, a proposta desta Mesa é aproximar abordagens variadas sobre este tema.

A crise é estética: a criação de mensagens visuais de cunho político pela extrema direita americana e brasileira

Carla de Araujo Risso[1]

Palavras-chave: crise, estética, extrema direita

Resumo:

Presenciamos nos últimos anos a ascensão em escala global de um discurso de extrema direita, associado ao fenômeno denominado por Wardle e Derakhshan (2017) de "desordem da informação". Estamos imersos em uma rede complexa de motivações para criar, disseminar e consumir mensagens "poluídas". Tal rede utiliza-se de uma infinidade de tipos e técnicas para amplificação de conteúdo, de inúmeras plataformas para hospedar e reproduzir esse conteúdo, e de velocidades vertiginosas de comunicação entre colegas confiáveis (*trusted peers*).

A produção discursiva dessas mensagens poluídas incorpora elementos pré-construídos para formar, repetir, transformar, denegar ou esquecer elementos. Trata-se de um discurso, como todos os outros, preso às dimensões do espaço e à contiguidade do tempo, inserido num contexto histórico e social interagindo com outros enunciados. Sendo assim, o conteúdo disseminado pela extrema-direita em várias partes do planeta, muito associado a discursos de ódio, difunde alguns tipos de visões de mundo. Um conjunto diversificado de usuários está envolvido na difusão desse tipo de mensagem, alguns involuntariamente, outros por motivos particulares. Há, também, a presença de usuários mal-intencionados que podem utilizar ferramentas sofisticadas de automação (os bots) ou contas falsas para espalhar sua ideologia.

Segundo WARDLE e DERAKHSHAN, os impactos diretos e indiretos da poluição da informação são difíceis de quantificar e de compreender a totalidade de suas implicações. Desde os resultados da votação do "Brexit" no Reino Unido, a vitória de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil, muito tem-se debatido sobre como "a desordem da informação" está influenciando as democracias. "Mais preocupantes, no entanto, são as

[1] Professora Associada da Facom UFBa e Vice coordenadora do GP Práticas e Produtos Discursivos da Cultura Midiática -CNPq: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6182963451293863
. carlarisso@gmail.com

implicações a longo prazo das campanhas de desinformação, projetadas especificamente para semear desconfiança e confusão e aprimorar as divisões socioculturais existentes usando tensões nacionalistas, étnicas, raciais e religiosas" (WARDLE e DERAKHSHAN,2017).

Nesse artigo, procuro identificar as estratégias para sedução e engajamento dos usuários das plataformas analisadas sob o prisma do design gráfico.

OS DISCURSOS

Toda sociedade é permeada por regulações que, de forma mais ou menos conflituosa, determinam as possibilidades de nossa expressão. Do ponto de vista discursivo, Charaudeau (2006, p. 116) afirma que os grupos criam representações e desempenham, essencialmente, três funções sociais intimamente ligadas umas às outras: a organização e normatização coletiva dos sistemas de valores; a exibição das características comportamentais do grupo (rituais e lugares-comuns), para construir sua identidade e tornar visível aquilo que compartilham e que os diferencia de outros grupos; e a encarnação dos valores dominantes do grupo em figuras (indivíduo, instituição, objeto simbólico), que desempenham o papel de representar a identidade coletiva. Na perspectiva de Charaudeau (2016, p.56), a noção de estratégia de discurso repousa na hipótese de que o sujeito emissor da mensagem concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante, para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal construído pelo emissor. Isso pode se dar de duas maneiras: 1) pela fabricação de uma imagem de real como lugar de uma verdade exterior ao sujeito e que teria força de lei; 2) pela fabricação de uma imagem de ficção como um lugar de projeção do imaginário desse sujeito.

A partir daí, vemos que comunicar é um ato que surge envolvido em uma dupla aposta ou que parte de uma expectativa concebida por aquele que assume tal ato: o "sujeito falante" espera que os contratos que está propondo ao outro, ao sujeito-interpretante, serão por ele bem percebidos e espera também que as estratégias que empregou na comunicação em pauta irão produzir o efeito desejado.

Charaudeau ressalta que nem sempre essa encenação funciona de acordo com a expectativa do "sujeito falante". O emissor da mensagem pode produzir no sujeito-interpretante efeitos não previstos ou desejados; e, por fim, cabe lembrar que, muitas vezes, o sujeito-interpretante não estará totalmente consciente do contexto sócio-histórico que deu origem ao ato de comunicação, o que pode alterar, consideravelmente, sua interpretação.

Com as mensagens visuais ocorre o mesmo fenômeno: é preciso que o sujeito-interpretante possa reconhecer e interpretar a composição que lhe é apresentada. Nas palavras de Donis Dondis,

> A chave da percepção encontra-se no fato de que todo o processo criativo parece inverter-se para o receptor das mensagens visuais. Inicialmente, ele vê os fatos visuais, sejam eles informações extraídas do meio ambiente, que podem ser reconhecidas, ou símbolos passíveis de definição. No segundo nível de percepção, o sujeito vê o conteúdo compositivo, os elementos básicos e as técnicas. É um processo inconsciente, mas é através dele que se dá a experiência cumulativa de *input* informativo. (Dondis, 2003, p.105)

Quando uma mensagem visual é clara e coerente para o receptor, o emissor encontrou uma boa solução. E, se ao contrário, as soluções estratégicas não forem boas, o efeito visual final será ambíguo. Como bem aponta Joaquim da Fonseca (2008, p. 207), "o design é, antes de tudo, o esforço criativo para resolver um problema. [...] Para o designer gráfico, a solução do problema está na composição das partes envolvidas, ou seja, na maneira como os componentes, partes ou elementos são usados organizadamente para alcançar essa solução". Não é preciso nesse nível de interpretação atribuir valores estéticos como "beleza", "mas a interação entre propósito e composição, e entre estrutura sintática e substância visual, deve ser mutuamente reforçada para que se atinja uma maior eficácia em termos visuais". (Dondis, 2003, p.105)

Para se obter um bom design, é preciso ter metodologia e planejamento. "Ideias não são inspirações divinas nem passes de mágica, mas o produto de questionamentos e relacionamentos cruciais das observações e experiências que vivemos". (da Fonseca, 2008, p. 207)

Em março de 2016, surgiu no X (antigo Twitter) o meme "A crise é estética". Na ocasião, André Dahmer acusa a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em sua campanha contra aumento de impostos chamada "Não vou pagar o pato", de plagiar a obra Rubber Duck (ou pato de borracha), exposta em São Paulo, em 2008, e em cidades como Amsterdã e Hong Kong.

Figura 1: Postagem de André Dahmer
Fonte: https://museudememes.com.br/collection/a-crise-e-estetica

Expunha-se, assim, a crítica às práticas muito usuais das postagens de simpatizantes da direita, como o plágio e o uso exagerado de cores, a composição sem harmonia de elementos diferentes, as montagens de baixa qualidade, a cópia malfeita, imagens de baixa resolução, o forte apelo emocional e a tendência ao sensacionalismo.

Um exemplo marcante de apropriação pela extrema direita americana de uma criação gráfica é Pepe, o Sapo. A personagem fez sua estreia oficial em 2006 no *Boy's Club*, quadrinhos criados pelo artista Matt Furie e foi sequestrado pela extrema direita.

Demsky (2021) aponta que já em 2015 diversas variantes de Pepe foram criadas por *trolls*[2] da internet para associar o personagem ao movimento alt-right. Algumas das variantes produzidas tinham como temas a Alemanha Nazista, a Ku Klux Klan ou skinheads do poder branco. Em outubro de 2015, Donald Trump já na corrida pela candidatura à presidência dos Estados Unidos, repostou um vídeo do Youtube "*You Can't Stump the Trump*", no qual havia uma representação de si mesmo como Pepe.

[2] Na internet, um troll é uma pessoa que provoca e enfurece as pessoas em uma discussão, desestabilizando-a.

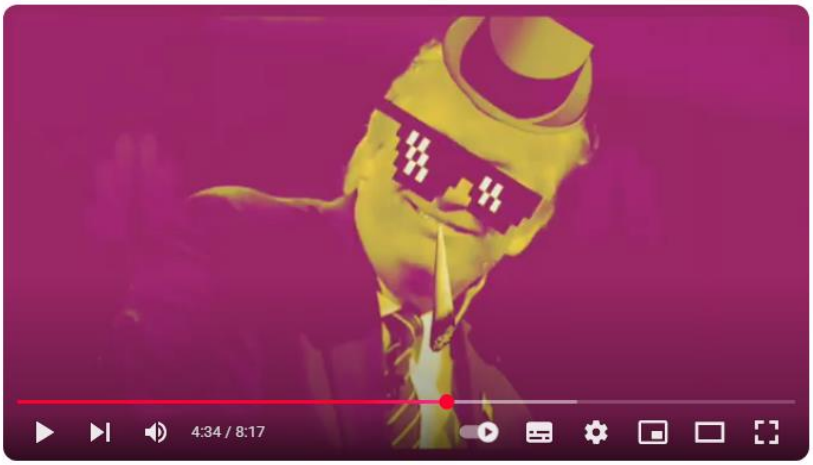


Figura 2: Video da série "You Can't Stump the Trump" com caracterização de Pepe
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=6UkkoCNe29Q

Em setembro de 2016, Donald Trump Jr. postou uma imagem de paródia do filme "Os Mercenários" no Instagram, intitulado "Os Deploráveis", que incluía o rosto de Pepe entre os de membros da família Trump e outras figuras populares entre a alt-right. Essa postagem traz algumas características marcantes da estética da extrema direita: a apropriação e falsificação de imagens produzidas em outros contextos e a colagem malfeita e sem proporção. Além disso, há a valorização da masculinidade tóxica, apresentando homens musculosos e armados em posições intimidadoras. A origem de "Os Deploráveis" se deu depois que Hillary Clinton, a então candidata do Partido Democrata, em um discurso, chamou os apoiadores de seu oponente, o candidato republicano Donald Trump, "Cesta de Deploráveis" (*Basket of deplorables*), afirmando que "metade" deles são "racistas, sexistas, homofóbicos, xenófobos, islamofóbicos". A campanha de Trump usou repetidamente a frase contra Clinton e, em resposta, muitos de seus apoiadores adotaram o apelido "deplorável" para si mesmos como forma de reapropriação.

Figura 3: Cartaz original do filme “Os Mercenários”

Figura 4: Donald Trump Jr publica em seu Instagram imagem de Pepe associadas a pessoas da alt-right

Fonte: https://www.instagram.com/p/BKMtdN5Bam5/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=loading

O meme de Pepe tornou-se um ícone tão forte da supremacia branca e um símbolo internacional de ódio, que seu criador, Matt Furie, publicou uma ilustração do funeral do sapo em 2017, na edição "World's Greatest Comics" do evento "Free Comic Book Day"[3].

Segundo a Southern Poverty Law Center[4] (SPLC), entidade fundada em 1971 para lutar pelos direitos civis, foi também associado a Pepe o termo “Kek” – a "divindade" da "religião" que o movimento nacionalista branco criou para si mesmo online. KEK, entidade com cabeça de sapo, é um deus do caos e da escuridão, fonte do sucesso de Trump e da extrema direita no

[3] https://oglobo.globo.com/brasil/ilustrador-mata-personagem-que-virou-simbolo-da-extrema-direita-21308320
[4] https://www.splcenter.org/resources/hatewatch/what-kek-explaining-alt-right-deity-behind-their-meme-magic/

mundo. “Kek”, no mundo dos jogos online, é gíria para risada para coreanos (kekeke), uma interjeição influenciada pela onomatopeia brasileira kkk (kakaka), que por sua vez alude à abreviação de Ku Klux Klan.

Figura 5: Trump caracterizado como Pepe, o Sapo associado ao termo “KEK!”
Fonte: https://www.splcenter.org/resources/hatewatch/what-kek-explaining-alt-right-deity-behind-their-meme-magic/

Num comício da extrema direita em maio de 2017, em frente à Casa Branca, foi exibida a bandeira do “Kekistão”, peça claramente desenvolvida a partir da bandeira nazista.

Figura 6: Bandeira do Kekistão exibida em uma manifes
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=KNlPCKyItLM

Figura 7: À esquerda a bandeira do "Kekistão". À direita, a bandeira nazista
Fonte: a autora

Em 14 de outubro de 2018, a bandeira Kek foi exibida em manifestação pró-Bolsonaro, à época candidato à eleição presidencial, na Avenida Paulista, em São Paulo. Segundo o site Congresso em Foco, essa foi a primeira vez que a bandeira foi fotografada em uma manifestação brasileira.

Figura 8: Bandeira do Kekistão na Avenida Paulista, em São Paulo
Fonte: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/26938/bandeira-inspirada-no-nazismo-e-exibida-em-manifestacao-pro-bolsonaro

Um dos símbolos mais comuns da supremacia branca é 88, o código numérico para "Heil Hitler". H é a oitava letra do alfabeto, então 88 = HH = Heil Hitler. Esse símbolo pode ser encontrado em tatuagens ou símbolo gráfico; como parte do nome de um grupo, publicação ou site; ou como parte de um endereço de e-mail. Às vezes, é usado como uma saudação ou despedida (principalmente em mensagens em sites de redes sociais).

No Brasil, em 2022, o Ministério Público de Santa Catarina reabriu o processo que investigava a responsabilidade civil e criminal de um professor que tinha o desenho de uma suástica no fundo da piscina da casa onde morava, em Pomerode, Vale do Itajaí. Para tentar

escapar de primeira representação da Confederação Israelita do Brasil, o dono da propriedade pintou alguns dos azulejos e o processo foi arquivado. Porém, percebeu-se que a pintura transformou a suástica no número 88, que também é uma referência ao nazismo.

Figura 9: Piscina em Santa Catarina com símbolos nazistas
Fonte: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/07/entenda-porque-numero-88-e-utilizado-como-simbolo-nazista.ghtml

A CRISE ESTÉTICA TAMBÉM É MODA

Em janeiro de 2017, os editores de estilo da revista GQ americana, no artigo "*If Trump Can't Act Like a President, He Could at Least Dress Like One*[5]", apontam o ar desmazelado do então presidente Donald Trump – com sua gravata vermelha comicamente grande, calças largas e o corte de cabelo muito ruim – e sugerem algumas dicas para que sua figura corresponda ao cargo que ocupa.

Figura 10: Sugestão da revista GQ americana de como Trump deveria se vestir

[5] "Se Trump não pode agir como um presidente, ele poderia pelo menos se vestir como um" (tradução da autora)

Fonte: https://www.gq.com/story/donald-trump-presidential-makeover

O estilo "quanto mais tosco melhor" foi imitado por Jair Bolsonaro em todo seu mandato presidencial. A foto abaixo, publicada em 14 de fevereiro de 2019, o então chefe do poder Executivo do Brasil calçava chinelas, calça de moletom, uma camisa do Palmeiras e um paletó de terno por cima de tudo em uma reunião ministerial para anunciar a reforma da Previdência brasileira.

Figura 11: Bolsonaro de chinelos, calça esportiva, camisa de futebol e paletó em reunião ministerial

Fonte: Major Vitor Hugo, X (Twitter)[6]

Em maio de 2022, Tim Squirrell – Administrador de Comunicação e Editorial do Institute for Strategic Dialogue (ISD), uma organização independente e sem fins lucrativos dedicada a salvaguardar os direitos humanos e a combater a polarização, extremismo e desinformação em todo o mundo – afirmou que, durante os últimos dez anos, "a internet é a lavanderia estética da extrema direita"[7], movimento capaz de chamar a atenção por meio de mensagens projetadas para serem amplificadas pela cobertura indignada da mídia e pelas postagens nas redes sociais.

Em seu artigo "*Dark MAGA: The Latest Cycle in the Far-Right Aesthetics Laundromat*", Squirrell sinaliza que a Dark MAGA (*Make America Great Again*) combina a retórica trumpista com a estética associada a grupos terroristas neonazistas que fazem parte da

[6] https://twitter.com/MajorVitorHugo/status/1096138412124528640F
[7] https://www.isdglobal.org/digital_dispatches/dark-maga-the-latest-cycle-in-the-far-right-aesthetics-laundromat/

rede Skull Mask. Intencionalmente, procura-se chamar a atenção, unir a direita e apresentar narrativas e ideias muito mais extremas aos conservadores convencionais que apoiam Trump.

A Newsweek (apud ISD Global) descreveu a Dark MAGA como "uma estética pós-direita alternativa que promove uma versão autoritária de Trump em imagens distópicas, semelhantes às do Exterminador do Futuro"[8].

Os frames abaixo, extraídos da postagem de Doug Kuular (Кууларр) – @KanasRiverGuide –, em 27 de outubro de 2023, acompanhados pela frase "There is trigger in nature: a monster is born to them…[9]" e pela hashtag #DarkMAGA ilustram a estética DARK MAGA para a a campanha presidencial americana de 2024.

Figura 12: Imagens do Dark Maga
Fonte: https://twitter.com/i/status/1717758939704566080

As combinações estéticas Dark MAGA são mescladas com imagens de Donald Trump, desfiles e equipamentos militares, comícios e outras cenas típicas do conservadorismo MAGA. Baseiam-se no *Vaporwave* – arte visual em tons neon e uma nostalgia das décadas de 1980 e 1990; *Fashwave* – "Fash", como referência a *fascim*, incorpora iconografia e narrativas neonazistas e fascistas ao vaporwave –; *Skullmask* – propaganda explicitamente neonazista, tipificada pelo trabalho de Dark Foreigner (Patrick Gordon Macdonald, preso pela polícia canadense em 5/7/2023), que incorpora principalmente preto, vermelho e branco junto com fontes "nervosas", muito popular entre organizações terroristas –; e *Laser eyes* – difundido na cultura meme, os olhos de uma personagem brilham ou parecem laser.

[8] https://www.isdglobal.org/isd-in-the-news/trump-supporters-coming-together-behind-dark-maga-in-preparation-for-the-2024-us-presidential-elections/
[9] "Existe um gatilho na natureza: um monstro nasceu para eles..." (tradução da autora)

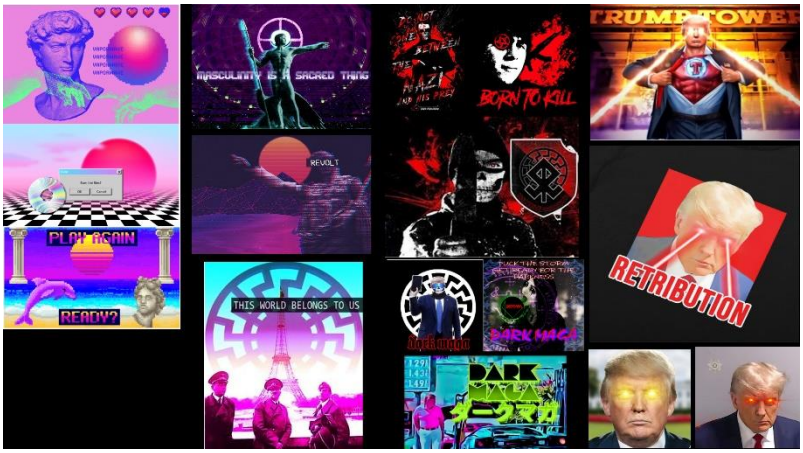


Figura 13: Imagens criadas pelos seguidores do Dark Maga
Fonte: ISD Global[10]

Os bolsonaristas gostam de imitar a estética trumpista. Sendo assim, em 2019, adotou também a estética *vaporwave*. Bolsonaro e vários de seus correligionários de adotaram o neon em seus perfis nas plataformas.

Figura 14: Estética vaporwave no bolsonarismo

Fonte: Metrópoles[11]

Sofia Bempeza (2020, p.5) ressalta que as práticas da direita podem ser examinadas sob dois aspectos particulares dos métodos artísticos. O primeiro aspecto é a estética da falsificação, do mimetismo e da veracidade, uma referência à estética reacionária e às estratégias contraculturais da Nova Direita. O segundo aspecto é a genealogia das práticas – um endosso à transgressão e à ambivalência para subverter o *status quo* –, que diz respeito às práticas artísticas e culturais de ambivalência, de afirmação falsa e subversiva.

[10] https://www.isdglobal.org/digital_dispatches/dark-maga-the-latest-cycle-in-the-far-right-aesthetics-laundromat/
[11] https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/vaporwave-conheca-a-estetica-oficial-do-bolsonarismo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunicação Política relacionada aos meios de comunicação começou a crescer com força durante a segunda metade do século XX, pós II Guerra Mundial, e quando a televisão se converteu em promotora de mudanças dos costumes sociais e culturais. A Comunicação Política é um fenômeno que consiste no encontro de duas dimensões específicas: as novas tecnologias de comunicação e a prática histórica do político correlacionada ao advento da democracia de massas – caracterizada pelo voto universal igualitário. Reduzi-la a apenas a um conjunto de novas técnicas, suportes e formatos aplicados ao exercício da política, contudo, é não considerar a complexidade da questão, enclausurando-a em modelos confortáveis e categorias estagnadas.

Para Norbert Elias (2006), as "estruturas sociais" e o "indivíduo" são aspectos distintos e inseparáveis, cuja análise deve recair sobre as teias de interdependência humanas que formam as configurações sociais. Sendo assim, a cultura política está relacionada ao conhecimento, valores, crenças, sentimentos, predisposições e atitudes dos indivíduos frente às relações sociais. O desenvolvimento do marketing político se deu, então, pelo interesse por um conjunto de fenômenos, que também diz respeito à cultura política: o “imaginário” e as “mentalidades” – representações sociais que diferentes grupos fazem sobre a realidade em geral e a vida política em particular.

A visão primordialmente psicológica da cultura política está relacionada, sobretudo, às disposições ou orientações de indivíduos e grupos para com os objetos políticos, que podem ser medidas por meio de pesquisas ou escalas de atitude. Na era das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, as companhias gestoras das plataformas digitais rapidamente desenvolveram novos mecanismos de seleção de conteúdos, a partir do tratamento de dados pessoais e do uso de algoritmos opacos, que produzem novas dinâmicas para a circulação de mensagens. Por isso, é importante entender como se dão essas dinâmicas e que tipo de mensagem é capaz de provocar manifestações massivas em plataformas digitais.

Apesar de haver uma coordenação política para a adoção de certas estéticas na propagação do discurso da direita, é possível também perceber uma produção desenvolvida por leigos, fazendo uso de ferramentas de edição de fácil acesso – o caso do sapo Pepe é um exemplo dessas práticas. Assim, indivíduos sem conhecimento das técnicas e teorias do Design produzem seus próprios conteúdos, a maioria de composição duvidosa. Os efeitos desses conteúdos não são homogêneos, uma vez que o espaço público “é fragmentado em

diferentes espaços que se entrecruzam e não respondem às mesmas finalidades. O discurso político circula nesses meandros metamorfoseando-se ao sabor das influências que sofre de cada um deles". (CHARAUDEAU, 2006a, p. 31).

Figura 15: Imagens de Trump plagiadas por Bolsonaro

Fonte: a autora

Foi possível também observar que as imagens utilizadas pelos seguidores de Trump e do Dark Maga encontraram forte eco na extrema direita brasileira. Como se pode ver na figura 15, Trump muitas vezes procura associar-se a imagens de Jesus – todas muito parecidas esteticamente com as ilustrações da revista "Sentinela", publicação das Testemunhas de Jeová. Ao copiar essas imagens e reproduzi-las no Brasil, o bolsonarismo, então, é o plágio do plágio. O que confere um caráter ainda pior à crise estética aqui no hemisfério sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEMPEZA, Sofia. Aesthetic Practices of the New Right – Fake and Post-Truth as a challenge for transgressive art and cultural practices. In: Medien impulse, [recurso eletrônico] Jg. 58, Nr. 2, 2020. pp. 1-34. ISSN 2307-3187. Disponível em: <https://journals.univie.ac.at/index.php/mp/article/download/3499/4090/8434>. Acesso: 3 dez. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Discurso das Mídias. 2ª. ed., 2ª. reimpressão São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Linguagem e discurso: modos de organização. 2ª. ed., 3ª. reimpressão - São Paulo: Contexto, 2016.

DA FONSECA, Joaquim. Tipografia & Design gráfico. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DONDIS, Donis A. A sintaxe da imagem. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DEMSKY, J. (2021). *That Is Really Meme: Nazi Pepe the Frog and the Subversion of Anglo-American Holocaust Remembrance*. In: Nazi and Holocaust Representations in Anglo-American Popular Culture, 1945–2020. [recurso eletrônico] 18/08/2021 https://doi.org/10.1007/978-3-030-79221-3_7. Acesso: 14 abr. 2025.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1999.

SQUIRRELL, Tim. Dark MAGA: The Latest Cycle in the Far-Right Aesthetics Laundromat. In: The Institute for Strategic Dialogue (ISD) [recurso eletrônico]. 17/5/2022. Disponível em: <https://www.isdglobal.org/digital_dispatches/dark-maga-the-latest-cycle-in-the-far-right-aesthetics-laundromat/>. Acesso: 14 abr. 2025.

WARDLE, Claire. 2016. “6 types of misinformation circulated this election season”. First Draft, 18/1/2016. Disponível em: <https://www.cjr.org/tow_center/6_types_election_fake_news.php>. Acesso: 08 abr. 2019.

WARDLE, Claire, e DERAKHSHAN, Hossein. “Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making”. Council of Europe report. 27/09/2017. Disponível em: < https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c > Acesso: 23 out. 2023.

Estudio sobre el sistema prostitucional en la era digital: una radiografía sociológica a partir de los discursos de las mujeres prostituidas y las personas técnicas

Jorge García Marín[i]

1. El sistema prostitucional, en la era digital

Palavras-Chave: Sistema prostitucional, digital, publicidad

El sistema prostitucional, en la era digital, adopta nuevas estrategias de publicidad, de captación, de coacción y de explotación sexual, principalmente, de mujeres y niñas. La pornografía, la prostitución y la trata sexual se caracterizan por ser fenómenos que están íntimamente relacionados, de carácter global y trasnacional, donde se llevan a cabo representaciones, prácticas opresoras, discursos y violencias contra las mujeres, que influyen en la forma de relacionarse, en la percepción de la sexualidad y en el tratamiento cara las mujeres, desde una óptica patriarcal. Las tecnologías de la información y de la comunicación son fácilmente accesibles, permiten mantenerse en el anonimato y son un perfecto caldo de cultivo para captar a mujeres y niñas en situación de vulnerabilidad y/o riesgo, aspectos de

[1] *Profesor titular de Sociología y Secretario del Centro Interdisciplinario de Investigaciones Feministas y de Estudios de Género (CIFEX) de la Universidad de Santiago de Compostela*
jorge.marin@usc.es

los que se aprovechan las personas proxenetas y tratantes para llevar a cabo múltiples y recurrentes formas de explotación sexual.

Lo expuesto previamente, sitúa a la industria sexual, en línea, como un fenómeno sistémico de explotación de amplio alcance, de máxima exposición e impacto, especialmente, para la población joven. Por tanto, internet se convirtió en un nuevo campo social para el sistema prostitucional, en el que operan mecanismos más complejos, invisibles, sutiles e, incluso, desconocidos, que son susceptibles de ser investigados y analizados, dado que representan un campo incipiente para la investigación y para la transferencia de conocimiento.

La vinculación entre el fenómeno de la prostitución y la trata sexual no es algo reciente. La trata con fines de explotación sexual existe porque en diferentes culturas, contextos y momentos históricos hay demanda de prostitución. Al mismo tiempo, esta demanda, tiene una clara marca de género, ya que la mayoría de las personas prostituidas y/o víctimas de trata sexual son mujeres y niñas, y los principales demandantes de prostitución son hombres (Cobo, 2017; Farley, 2003; Nuño y de Miguel, 2017; Pérez Freire, 2013). Por lo tanto, la prostitución es una institución de carácter patriarcal, en la que se manifiesta de forma clara y extrema el dominio masculino y que, como afirman Nuño y de Miguel (2017), está legitimada y considerada como un fenómeno ahistórico y universal. Lo expuesto previamente,

oculta la situación, las condiciones de salud, los daños y las violencias que sufren las mujeres prostituidas y/o víctimas de trata sexual.

Para Sau (2000) la prostitución sagrada, que se desarrolló en Babilonia, era entendida como un deber de la mujer de entrega a un hombre extranjero que la solicitaba lanzándole una moneda destinada al culto. La mujer no podía negarse, era obligada, formaba parte del contrato masculino a través del cual el hombre tenía acceso al cuerpo de la mujer. Esta misma autora añade que, para el cristianismo, la prostitución era necesaria, ya que permitía preservar la virginidad de las mujeres solteras y la honestidad de las casadas. Esta concepción muestra la construcción dicotómica entre las mujeres casadas vinculadas al espacio privado y las mujeres prostituidas asociadas al espacio público.

En el año 1995, la socióloga feminista Barry, para referirse a la prostitución señala que prefiere aludir a la explotación sexual, como forma de opresión basada en las relaciones de poder por cuestiones de género e identidad étnico-cultural (Barry, 1995). Para esta autora, en la prostitución se expresa de forma extrema la reducción de la mujer a cuerpo sexuado, de ahí que estudie el fenómeno de la prostitución como explotación sexual institucionalizada e industrializada, cuyo desarrollo tuvo lugar a partir del feudalismo patriarcal, produciéndose una mayor normalización y naturalización de la prostitución en las sociedades post-industriales. Se crea lo que ella denomina como "colonización de los cuerpos de las mujeres" (Barry, 1995, p. 5), fundamentalmente, de mujeres procedentes del sur global. Por todo lo ex-puesto, define la prostitución como "explotación sexual sostenida en el tiempo" (Barry, 1995, p. 29).

En esta línea, Leidholdt (2003) señala que la prostitución y la trata sexual no pueden desvincularse por estar ligadas entre sí y, además, manifiesta que la insistencia por establecer diferencias entre ambos fenómenos es relativamente reciente, y que está promovida por posi-cionamientos teóricos, instituciones y gobiernos que legitiman y/o legalizan esta práctica como trabajo.

Las Naciones Unidas (1979), en la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer, en el artículo 6, insta a los Estados que forman parte, a llevar a cabo medidas, incluidas las legislativas, para suprimir todas las formas de trata y de explo-tación de la prostitución de la mujer. Este mismo organismo, en la Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer, reconoce la trata y la prostitución forzada como formas de violencia contra las mujeres (Naciones Unidas, 1993, artículo 2.b). Siete años más tarde, se firma, en Palermo, el Protocolo para prevenir, reprimir y sancionar la trata de personas, especialmente de mujeres, niños y niñas, ratificado por España en diciembre de 2003, definiendo la trata como:

> La captación, el transporte, el traslado, la acogida o recepción de per-sonas, recurriendo a la amenaza o al uso de la fuerza u otras formas de coacción, el rapto, el fraude, el engaño, el abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad o la concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra, con fines de explotación. Esta explotación incluirá, como mínimo, la explotación de la prostitución ajena u otras formas de ex-plotación, los trabajos, o servicios forzados, la esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, a la servidumbre o extracción de órganos. (Naciones Unidas, 2000, p. 2).

Cuando se hace referencia a la explotación de la prostitución ajena, la Oficina de las Naciones Unidas Contra la Droga y el Delito (UNODC, 2010), la conceptualiza como "la obtención ilícita de beneficios

financieros o de otro tipo de beneficios materiales mediante la prostitución de otra persona" (p. 14). En esta línea, la Unión Europea (2011) establece que la trata es un delito grave que viola los derechos humanos y que se vincula con el crimen organizado. La trata sexual está presente en el campo de la prostitución, pero también se puede producir en la macro industria de la pornografía (Ranea, 2020). En lo tocante a esta última, cabe señalar que es objeto de debate desde su nacimiento, en la Roma imperial, hace aproximadamente dos mil años.

La pornografía convencional dista de la actual, la primera se caracterizaba por ser material de tipo impreso o filmaciones, distribuida por medios ilegales o a través de revistas. Su venta se realizaba en sex-shops y/o en comercios diversos, fundamentalmente, de prensa o vídeo. Este tipo de pornografía, denominada aquí tradicional, era de pago, tenía un coste, el acceso era más difícil y las personas consumi-doras estaban más expuestas que en el contexto actual. Lo anterior, sumado a otros factores, limitaba su impacto social (Ballester y Orte, 2019).

Un impacto social que mudó en el caso de la pornografía, de la prostitución y de la trata sexual, aunque no se conoce su magnitud real por ser fenómenos difíciles de cuantificar. Lo que sí indican los estudios, es que en estos contextos, las mujeres y niñas están expuestas a las violencias patriarcales más extremas y sufren daños físicos, psicológicos y sexuales (Alario, 2021; Barry, 1995; Bindel, 2017; Cascio, 2019, Farley et al., 2003; Jeffreys, 2011; Kramer, 2003; Lindeland, 2010).

Destacamos del estudio de Lindeland (2010) como estas personas presentan tasas más elevadas de abusos físicos y sexuales en la infancia, así como de abandono y otras formas de maltrato, viviendo en una cultura violenta en la que también abundan los traumas físicos y sexuales. Según Lindeland (2010) debido al aumento de los índices de violencia a los que se enfrentan estas mujeres, corren un mayor riesgo de sufrir trastorno de estrés postraumático, trastornos disocia-tivos, abuso de sustancias y depresión.

Consecuencias para las mujeres, para su salud, en definitiva, para la sociedad dado que limitan la consecución de la justicia de género y la igualdad real. Por lo tanto, la pornografía, la prostitución y la trata sexual, son fenómenos complejos, multidimensionales y vinculados, que deben ser abordados históricamente y de forma contextualizada, dado que cambian y se transforman a lo largo del tiempo.

Para Gimeno (2018), aunque la prostitución conserva su función patriarcal, sufrió dos transformaciones fundamentales. La primera, pasar de ser una actividad individual a empresarial y, la segunda, pasar de configurar, de forma plena, la identidad femenina a conformar las identidades masculinas tradicionales. En lo tocante al primer aspecto, Cobo (2020) manifiesta que durante siglos la prostitución se configuraba a través de pequeños negocios de tipo artesanal que no tenían impacto en la economía de cada uno de los países, pero en la actualidad, esta institución patriarcal forma parte del "corazón de la industria global de la explotación sexual" (Cobo, 2020, p. 198).

En la misma línea, la trata sexual, que existe desde la época colonial, desde hace un tiempo se caracteriza por sus dimensiones globales y trasnacionales, formando parte del mercado prostitucional (Cobo, 2017), algo extensible a la pornografía. Estos fenómenos vinculados se vieron beneficiados por el avance de las tecnologías de la relación, de la información y de la comunicación (TRIC), que permiten ampliar y diversificar sus operaciones y negocios.

Lo expuesto previamente lleva a la socióloga feminista Cobo (2017) a afirmar que el fenómeno de la prostitución sufrió cambios sustanciales que mudaron el imaginario social en relación con la prostitución. Para esta autora, las nuevas formas que adopta la prostitución solo pueden ser explicadas en el marco de la vinculación de tres sistemas de dominio: el patriarcado, el capitalismo neoliberal y la colonización de la sexualidad. La prostitución forma parte del mercado glo-bal y tiene un carácter trasnacional, aumentando su magnitud, su difusión global y normalización (Cobo, 2017, Poulin, 2011).

Una industria sexual interconectada y vinculada a la economía criminal (Cobo, 2020), donde los cuerpos de las mujeres pasan a ser mercancía para obtener altos rendimientos, con bajos riesgos para el sector, pero con altos costes para mujeres, fundamentalmente, de clases depauperadas, con cargas familiares, con necesidades económicas y procedentes de países con altos niveles de pobreza y desigualdad social (Cobo, 2020).

Para Ranea (2020) la trata sexual existe para proveer mujeres al mercado prostitucional de forma constante, renovar la "oferta", específicamente, de chicas con carga exótica, con el fin de facilitar y abaratar el consumo de prostitución por parte de los prostituidores. Un consumo condicionado por la nueva pornografía que tiene un impacto en las relaciones interpersonales, en la sexualidad, en la imagen del que representa ser una mujer y un hombre en sociedades patriarcales, así como un incremento de la vulnerabilidad, fundamentalmente, en la juventud, para llevar a cabo prácticas no normativas, de riesgo y violentas, como el consumo de la prostitución (Ballesteros y Orte, 2019).

En línea con lo anterior, la pornografía, la prostitución y la trata sexual son fenómenos interconectados que sufrieron cambios sustanciales con la incorporación de las TRIC. Las personas proxenetas, tratantes y redes criminales mudaron su modus operandi y pusieron en marcha nuevas estrategias para aprovechar las ventajas que les pueden ofrecer las TRIC y los entornos en línea (Accem, 2023; Secretaría de Estado de Seguridad, 2024). Unas ventajas caracterizadas por su amplio alcance, por su inmediatez, por las posibilidades de acceso, por tener menores riesgos y mayor obtención de beneficios a través de las TRIC. Estas permiten a los consumidores, proxenetas, tratantes y redes criminales, mantener su impunidad, permanecer en el anonimato, así como diluir y hacer invisible la violencia machista, la explotación y el delito de trata, tipificado cómo tal, en el artículo 177 bis, del Código penal español.

En relación con la trata sexual, la Oficina de las Naciones Unidas Contra la Droga y el Delito (UNODC, 2020) indica, en su informe, que las personas tratantes usan las plataformas digitales, fundamentalmente, para publicitar, captar y explotar a mujeres y niñas víctimas. Entre las redes sociales que son más utilizadas para la captación, se-gún Diaconía España (2022), están Facebook (54%), Instagram (23%), Onlyfans (12%), TikTok (8%), y otras aplicaciones de citas (3%). En este informe, destacan como estrategias, en la fase de capta-ción, las ofertas de trabajo (56,9%), los lover-boy (23%), las ayudas económicas (14%) y traslado o movimientos migratorios con un 5,5% (Diaconía España, 2022).

Como ya se señaló previamente, Diaconía España (2022), pone de manifiesto la marca de género y las situaciones de vulnerabilidad y riesgo que vivencian las mujeres prostituidas y/o víctimas de trata, relacionadas con su lugar de origen, clase social, situación económica desfavorable, cargas familiares, entre otros aspectos. Uno de los me-dios utilizados, para la captación, son los anuncios de prostitución (L'Hoiry et al., 2024), vía clave de contacto para las personas tratantes, pero también pueden ser canal para la detección de indicadores de trata sexual (Giommoni y Ikwua, 2024).

Las TRIC pueden favorecer la mejora de los mecanismos de identificación y el establecimiento de herramientas tecnológicas que permitan combatir la trata sexual (Diaconía España, 2022) y contribuir a desar-ticular la captación, la explotación sexual y el modelo de negocio en línea, tal y como se indica en la Estrategia de la UE contra la trata de seres humanos 2021-2025 (Comisión Europea, 2021).

La advertencia sobre la proliferación de la captación a través de internet y redes sociales también se recoge en el Plan Camino (Ministerio de Igualdad,2022), donde se señala la necesidad de establecer vías realistas para salir de la explotación sexual y llevar a cabo mayor investigación, para mostrar las dimensiones reales de un fenómeno que permanece oculto. Para esto, se establece que es fundamental desacti-var la demanda y llevar a cabo medidas preventivas de concienciación y sensibilización en espacios clave de socialización, en especial, con jóvenes y hombres.

En relación con los datos, Cobo (2020) expone que la industria de la explotación sexual es el segundo o tercer negocio que más beneficios obtiene a escala global, en el marco de la economía ilegal. La Comisión Europea (2021) informa que, a escala mundial, los tratantes obtienen unos beneficios de 29.400 millones de euros en un año. También, estiman que entre el año 2017 y 2018 un total de 14.000 personas fueron víctimas de trata en la Unión Europea, siendo la trata con fines de explotación sexual la tipología más frecuente (56%). En el último informe, de la Oficina de las Naciones Unidas Contra la Droga y el Delito (UONDC, 2022,) el número de víctimas descendió con respeto a los últimos veinte años (24% en el caso de la explotaciones sexual), puesto que la pandemia derivada de la COVID-19 limitó las oportunidades de identificación y desplazó la trata de personas a la clandestinidad.

A pesar de lo expuesto, informan que cada vez hay una mayor organización de las personas tratantes y que las mujeres y las niñas sufren más violencia y durante más tiempo. Según el Centro de Inteligencia contra el Terrorismo y el Crimen Organizado (CITCO, 2022) el número de personas en riesgo de trata de seres humanos y explotación sexual en España fue de 6.655 personas en el año 2022, en concreto, 1.951 más que en el año anterior. Destacan como nacio-nalidades, de las personas en riesgo, Colombia (1395), España (1249), Rumanía (949) y Brasil (600). En Galicia, las personas en riesgo de explotación sexual ascendieron a 406 en el año 2022. Del total de personas en situación de riesgo (6.655), se identifican cómo víctimas de trata sexual en España, 129 en el año 2022, siete menos que en el año anterior (CITCO, 2022).

En el caso de la Comunidad Autonóma de Galicia, pionera en la implantación del Protocolo de actuación institucional sobre adopción de medidas de prevención, investigación y tratamiento a las mujeres víctimas de trata con fines de explotación sexual (Xunta de Galicia, 2012), el número de personas identificadas como víctimas ascendió a 9, en el año 2022, seis más con respeto al 2021 (CITCO, 2022). Cabe indicar, en este punto, que la Comunidad Autónoma de Galicia incor-poró la trata con fines de explotación sexual, en la Ley 11/2007, gallega para la prevención y el tratamiento integral de la violencia de género, como una forma más de violencia de género, en el año 2016 (artículo 3.f).

En el estudio de la Asociación In Género (2021), realizado en España, informan que hay, aproximadamente, entre 25.000 y 30.000 personas en situación de prostitución, la mayoría mujeres, de las cuales un poco más de la mitad ejercen la prostitución en pisos (51%), seguido de los prostíbulos (45%) y, en menor medida, en situación de calle (4%).

Todo lo expuesto previamente, justifica el empleo del término sistema prostitucional, ya que la prostitución está influenciada por factores estructurales, políticos, económicos, sociales, culturales, así como por sistemas de poder vinculados a cuestiones de género, clase, lugar de origen, factores étnico-raciales, migración y violencia, presentes en los tres fenómenos relacionados que se pretenden abordar en el estudio que se presenta, la pornografía, la prostitución y la trata sexual.

Por lo tanto, los avances tecnológicos introdujeron cambios sustanciales en el sistema prostitucional. Los pisos, principalmente, y los clubes siguen siendo espacios a los que se recurre para el consumo de prostitución, pero la comprensión actual del sistema prostitucional, conlleva hacer un análisis del rol de la digitalización en la industria sexual y, también, del tratamiento y de la violencia sexual cara las mujeres en este campo. Con las TRIC se está produciendo un incre-mento de la pornografía, de la prostitución y de la trata sexual, fenómenos relacionados con la industria sexual en lo que operan en alianza el sistema patriarcal, capitalista y colonizador de la sexualidad, caracterizándose por su dimensión global y trasnacional.

En síntesis, la introducción de internet en la industria sexual y su vin-culación con el incremento del consumo de pornografía, de la prosti-tución y de la violencia sexual justifican la relevancia y el interés social y científico de este estudio.

2. Metodología

Nuestro estudio descriptivo/analítico está basado en la metodología cuantitativa/cualitiva.

Para dar respuesta a los objetivos expuestos, se cuenta con tres agentes básicos de información: las personas técnicas que trabajan en las entidades del tercer sector de acción social en Galicia, personal de cuerpos y fuerzas de seguridad del Estado y con personas en situación de prostitución y/o víctimas de trata sexual.

Es importante contar con la voz de informantes clave en relación con el objeto de estudio, ya que se trata de personal especializado, que intervienen en la Comunidad Autónoma de Galicia y que conocen la realidad del sistema prostitucional, sus características, el tratamiento hacia las mujeres, la situación en la que se encuentran las mujeres prostituidas y/o víctimas de trata, así como las necesidades que es necesario abordar para promover cambios sociales en este campo.

Esta recogida de información, se realiza a través de dos fases:

A) **En la Primera Fase** contamos con la colaboración de las personas técnicas que trabajan en entidades de acción social en Galicia con personas en situación de prostitución y/o víctimas de trata sexual en Galicia, son 12 asociaciones.

El personal de las mismas cubrieron a través de Forms **un cuestionario** anónimo para conocer su opinión sobre el sistema prostitucional en la era digital. Las preguntas incluían **respuestas cerradas y otras de tipo abierto**. Las asociaciones fueron las siguientes:

- Accem Galicia.
- Aliad-Ultreia de Lugo.

- Cáritas Diocesana de Lugo.
- Cáritas Diocesana de Ourense (Programa Alumar).
- Cáritas Dioceasana de Santiago de Compostela (Vagalume).
- Cruz Vermella Española.
- Ecos do Sur (programa Afrodita).
- Faraxa en Vigo.
- Fundación Oblatas Santísimo Redentor en Ferrol (Programa O Mencer).
- Fundación Solidaridade Amaranta en Ourense.
- Médicos del Mundo.
- ONG FIET Gratia.

Las encuestas fueron remitidas a cada una de las entidades, por correo electrónico, con un vínculo para que pudieran acceder al cuestionario que estaba alojado en la plataforma Forms de la USC. Se trataba de una encuesta de carácter anónimo, con una duración aproximada de 15 minutos.

B) Segunda Fase (**Fase de entrevistas semiestructuradas**) : La técnica de la entrevista nos permitió profundizar en el análisis del sistema prostitucional en la era digital a través del discurso con mujeres prostituidas y/o víctimas de trata sexual, con personas técnicas de entidades especializadas en el campo del sistema prostitucional en Galicia y con personal de las fuerzas y cuerpos de seguridad del estado. (En el anexo se incluyen las guias de entrevistas)

Los criterios de inclusión para las personas técnicas y personal especializado fueron:

- Personas técnicas de entidades especializadas en la intervención con mujeres prostituidas y/o víctimas de trata sexual con sede en la Comunidad Autónoma de Galicia.
- Personal especializado en temas de explotación sexual y trata sexual en Galicia de las fuerzas y cuerpos de seguridad.
- Que deseen participar de forma voluntaria.

Los criterios previos permitieron contar con la voz de informantes clave en relación con el objeto de estudio, ya que se trata de personal especializado, que interven en la Comunidad Autónoma de Galicia y que conoce la realidad del sistema prostitucional, sus características, el tratamiento hacia la mujer, la situación en la que se encuentran las mujeres prostituidas y/o víctimas de trata, así como las necesidades que es necesario abordar para promover cambios sociales en este campo.

En este estudio, también, se consideró fundamental contar con la voz de las propias mujeres prostituidas y/o víctimas de trata con fines de explotación sexual.

El total de personas entrevistadas fueron 14 con este perfiles:

1 Técnica de FIET
2 Técnicas Cáritas Ourense
2 Técnicas Ecos Sur
2 Técnicas Diaconia
1 Personal Cuerpos y Fuerzas Seguridad del Estado
6 Mujeres en contextos de prostitución

3. Resultados Fase I

Con respecto a l**a Fase I del proyecto de Investigación** , el cuestionario con preguntas abiertas y cerradas a personas técnicas que trabajan con personas en contextos de prostitución destacamos los siguientes resultados:

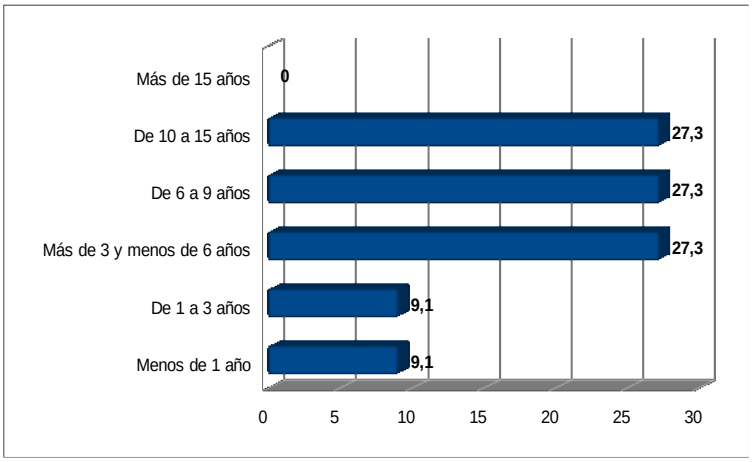
En el análisis de las preguntas de respuesta cerrada:

1. En cuanto a las siguientes categorías, ¿con cuál de ellas se identifica?

Mujeres 100%

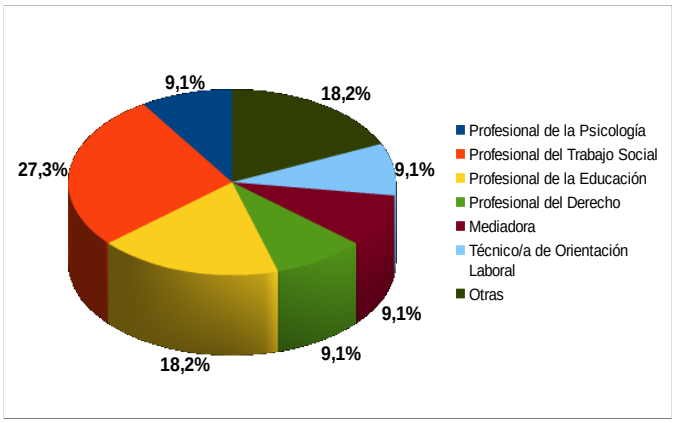
2. En relación con el tiempo que lleva trabajando con personas en contextos de prostitución, indique la opción que más se ajuste a sus circunstancias.

Gráfico 1



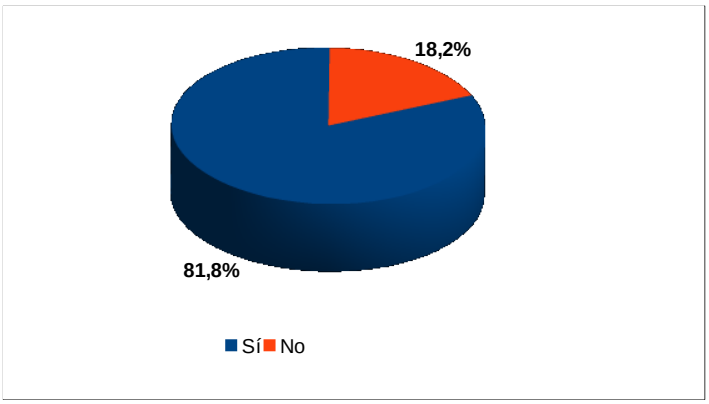
3. En su lugar actual de trabajo ejerce como:

Gráfico 2



6. ¿Usted ha entrado y conoce el contenido de las páginas de anuncios en línea de prostitución?

Gráfico 3



8. A su juicio, ¿quiénes son las personas que mayoritariamente se anuncian en prostitución?

Mujeres 100%

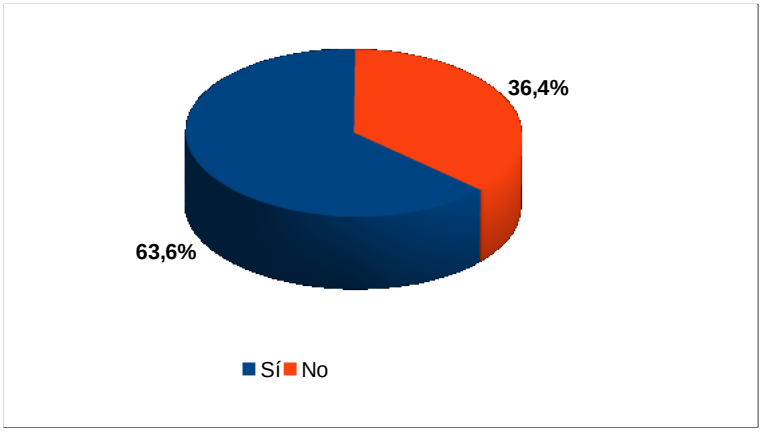
9. A su juicio, ¿Quiénes son las principales personas destinatarias de los anuncios en prostitución? Macar solo la opción mayoritaria.

Hombres100%

10. A su juicio, ¿Quiénes son las principales personas que suben y gestionan el anuncio? (Pregunta de respuesta múltiple)

Gráfico 4

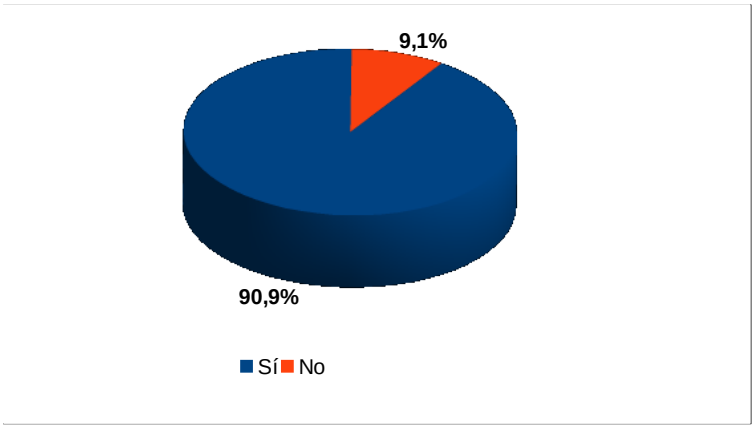
11¿Usted ha entrado y conoce el contenido de las páginas de foros en línea de prostituidores?
Gráfico 5



14. Según su opinión, ¿considera que existe relación entre el uso de internet/redes sociales y la pornografía y la prostitución?
Sí 100%

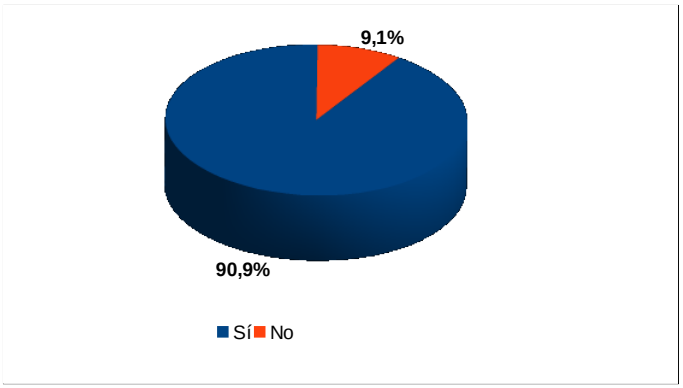
16.¿Considera que la pornografía está relacionada con la violencia contra las mujeres?

Gráfico 6



17.¿Considera que la prostitución está relacionada con la violencia contra las mujeres?

Gráfico 7



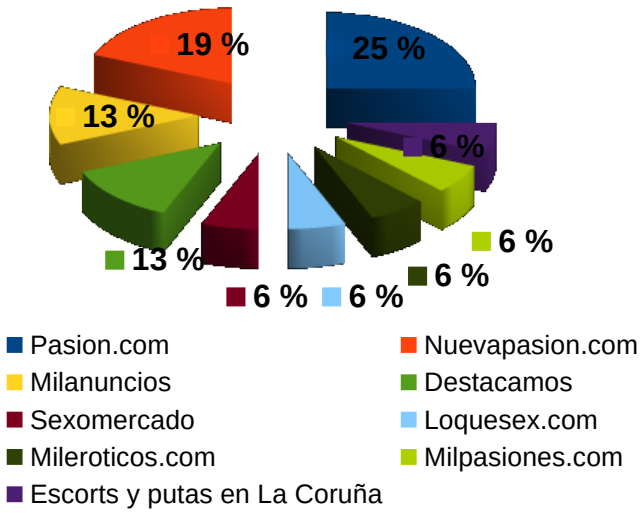
19.¿Considera que Onlyfans tiene un papel clave en relación con la pornografía y la prostitución?
Sí 100%

Con respecto a las preguntas abiertas, tenemos las siguientes respuestas:

4. En relación a las páginas en línea de anuncios de prostitución, indique (mínimo 1 y máximo 2) las que considera que son las más utilizadas y visitadas. En el caso de no conocer ninguna página de anunciosseñale no conozco.

Pasion.com 4
nuevapasion.com 3
milanuncios 2
Destacamos 2
sexomercado 1
loquesex.com 1
Mileroticos.com 1
Milpasiones.com 1
escorts y putas en La Coruña 1

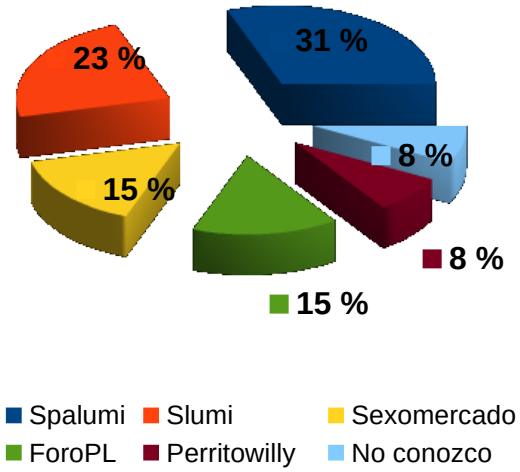
Gráfico 8



5. En relación a los foros de prostituidores, indique (mínimo 1 y máximo 2) los que considera que son los más conocidos y visitados. En caso de no conocer ningún foro indique no conozco en la respuesta.

spalumi 5
Slumi 2
sexomercado 1
foroPL 1
Perritowilly 1
No conozco 3
No vale 1

Gráfico 9



7.¿Cuál es el contenido de los anuncios y su opinión sobre estos?

1. Son anuncios de venta de personas y de su cuerpo. Un mercado de personas. El contenido es la definición de las caracterísiticas de cada cuerpo y de lo que (si pagas) puedes hacer con él.
2. son anuncios donde se venden directamente a personas. Ofrecen y venden practicas sexuales y cuerpos y en concreto partes del cuerpo femenino.
3. Mujeres que ofrecen servicios sexuales a hombres. Me generan tristeza y rabia.
4. Se anuncia servicios de prostitución siempre enfocados y dirigidos a hombre con descripciones machistas y denigrantes
5. Comercializa co seres humans, ofrecendo partes do corpo coma mercancía para captar clientes. Cosificación. Despersonalización. maior parte incitación explícita a conductas de violencia sexual e machista.
6.El contenido es la oferta de prácticas sexuales, algunas acompañadas de fotos insinuantes.
7. No procede
8. Anuncios de Mujeres que ofrecen "compañía" para pasar "buenos momentos", sexuales, masajes, y con fotos eróticas y sensuales de sus cuerpos semidesnudos, ropa interior, etc
Opinión: cosificación del cuerpo de la mujer, y de exposición pública total a cualquier persona sin un control real de la privacidad, y de si realmente existe un "consentimiento" de esa publicación,etc
9.No procede
10.Son las descripciones de las chicas y lo que se anuncia, es como se fuera un venta de ganado.
11.Anuncios en los que las mujeres ofrecen servicios sexuales.
12. Del discurso y del comportamiento de los prostituidores en los foros online ¿qué es lo que más le ha impresionado y/o le gustaría destacar?

1. La legitimización de la violencia contra las mujeres por el hecho de ser puteros (y para eso pagan). Las violaciones contadas....
2. Como despersonalizan a las mujeres en contexto de prostitución, son tratadas como meros objetos, como mercancia.

3. Su perversidad al hablar de las mujeres como de animales.
4. No procede
5. No procede
6.Los contenidos machistas y la forma despectiva de como hablan de las mujeres.
7.No procede
8.Solo he entrado 1 vez a través del registro de otra persona para poder ver las opiniones. El discurso es: percepción de las mujeres como meros cuerpos, un mercado basado en la "satisfacción del cliente/hombre", por tanto valoraciones de qué mujeres cumplen este criterio de "mercado". Se perpetúa la edad (cuánto más jóvenes mejor), la " cantidad" y " diversidad" de prácticas que realiza la mujer (incluídas de riesgo), el nivel de sumisión, variedad, precios etc
9.No procede
10.La manera en que se refiere a las personas él desperezo y las humillaciones. De cómo las compran.
11.La falta de escrúpulos al hablar de los servicios sexuales y la agresión verbal hacia las mujeres.

13.¿Cómo considera que es el tratamiento hacia la mujer en estos foros?

1. Misógino, violento, deshumanizador, cosificador,....
2. machista, deshumanizada por completo
3. Denigrante, vejatorio, humillante y violento
4. No procede
5. No procede
6.Sexista, machista, cosificador, indignante y repugnante
7.No procede
8.Deshumanización total. Denigrante. Violencia.Punible
9.No procede
10.Como personas indefensas sin información
11.Denigrante

15.¿Cómo considera que influye el uso de internet y las redes sociales en la pornografía y la prostitución?

1. Facilitando el acceso y deslocalizando.
2. son una plataforma desde la cual hacer contactos para consumo de prostitución y mantener el anonimato de los consumidores
3. Son espacios de anonimato que facilita el consumo y acceso a mujeres en necesidad tanto para ser captadas como para hacer uso de sus contenidos
4. Como una puerta de fácil acceso a la prostitución ya que se mantiene el anonimato
5. Normalización de conductas agresivas e de abuso. No consumo de mulleres en situación de prostitución anúlase a conexión coa emoción nin consecuencias dos actos do cliente sobre a persoa. Visualizan unha pantalla e consumen de inmediato o que eles queren, reproducen este patrón cada vez máis exigente para que lle resulte "pracentero". Confunden sexualidade/sexo co consumo de prostitución (violencia) Perpetúase a desigualdade de xénero
6.La búsqueda de la réplica de prácticas sexuales que se visualizan en la pornografía
7.Naturalización de la violencia, mayor accesibilidad, menor control de situaciones de explotación,...
8. No contesta

9.La generalización del uso de Internet y las redes sociales han contribuido a la facilitación y globalización de los mercados de prostitución; facilitando el contacto entre personas prostituidas y personas consumidoras.La pornografía, por su parte, normaliza estas cuestiones, reproduciendo valores relacionados con la cultura de la violación (prácticas sexuales violentas, de sumisión, cuyo contenido siempre está diseñado para ser consumido por hombres). Otras páginas, como Onlyfans y similares, son también una gran fuente de intercambio de servicios y captación de personas en redes de trata; y promueven e inducen a la prostitución directa, tradicionalmente conocida.
10.Hoy se hace muy fácil acceder a las páginas de pornografia la oferta es muy amplia.
11.La pornografía, genera la creación de un imaginario (ficticio) en las relaciones sexuales y se recurre a las prostitución para llevarlo a cabo, alejándose de lo que deberían ser relaciones sexuales afectivas, responsables y seguras. Además actualmente las RRSS es un nuevo espacio para la captación de mujeres y niñas para la explotación sexual.

18.¿En qué sentido considera que la pornografía/prostitución está relacionada con la violencia contra las mujeres?
1. Es violencia contra las mujeres.
2. La prostitución es una violencia contra las mujeres. La propia ley gallega la considera así.
La pornografía es de nuevo una violencia contra las mujeres por las condiciones y las prácticas que se realizan en ella, además de ofrecer un imaginario de como ejercer esa violencia.
3. Las mujeres que padecen la prostitución no tienen alternativas, el uso del dinero para acceder al cuerpo de una mujer es una forma de abuso lejos del consentimiento real (viciado por las circunstancias de necesidad de las mujeres) lo cual es en si mismo violencia sexual
4. La mayoría de las personas que ejercen la prostitución son mujeres en situación de gran vulnerabilidad social y las personas consumidoras son hombre con poder adquisitivo y con actitud machista; viendo a la mujer como un objecto sexual a su disposición.
5. Roles e estereotipos de xénero encasillados no consumo de persoas a través do visionado de pornografía ou prácticas en prostitución onde a desigualdade de poder, intereses discriminatorios, vulneracións e violencia contra a muller se "normaliza" dende un acceso impune a comprar corpos para consumo e pracer propio (dos homes)
6. Es una opción que las mujeres valoran por el simple hecho de ser mujeres, ya que son los hombres los que se encargan de crear dichas necesidades masculinas y una alternativa para las mujeres que se encuentran en una situación de vulnerabilidad. Teniendo en cuenta el rol, papel y construcción de género en las sociedades patriarcales. Qué hace que las mujeres se encuentren sometidas a una violencia constante y sin libre elección.
7.Naturalización de situaciones de violencia y dominación hacia las mujeres.
8.Alimenta un imaginario sexual basado y perpetuando la desigualdad de género, de los hombres ejerciendo control y poder sobre mujeres, que en su mayoría están en situación de vulnerabilidad. Cosificación de la mujer, mercantilización de cuerpos,etc
9.En el sentido de la cosificación, la configuración de la identidad de la mujer (cis o trans) como objeto de consumo, y no como sujeto de derechos. Las prácticas habituales en prostitución y pornografía pueden conllevar, además, otros tipos de violencia más allá de la intrínseca; como prácticas sexuales forzadas, consumo de estupefacientes, condiciones laborales abusivas, etc.
10.El abuso de la fuerza y del Psicológico.
11. No procede

20.¿Cómo considera que se relaciona Onlyfans con la pornografía y la prostitución?
1. Actuando como blanqueo de ambas "prácticas", vendiéndose como una red social "normal" y de autogestión..
2. es una plataforma de prostitución aunque se intenta encubir con eufemismos.
3. El engaño que sufren las mujeres con necesidad para ganar dinero
4. Que es una plataforma con exclusivo contenido sexual y se intercambia a través de dinero
5. Ventana oculta e impune ao acceso de redes de captación. Desinformación e "publicidade" enganosa sobre o éxito e o que venden coma "liberdade sexual" - Enmascaran violencias machistas
6.Onlyfans influye de manera directa en la normalización de una prostitución bien vista, que facilita el acceso de mujeres y adolescentes a vender su tiempo y sus cuerpos, ligado al pensamiento machista de que las mujeres podemos vendernos a cambio de cosas o dinero
7.Sexualización
8.Espacio que ante la precariedad laboral y económica de las mujeres, se ofrece como una oportunidad para aprovechar "capital erotico" "poder femenino" y tener unos ingresos. Pero que en realidad luego se perpetúa la cosificación sexual de las mujeres, explotación sexual, control, coacción sobre lo publicado,etc
9.Es un gran foco de contacto e intercambio de servicios; promoviendo la hipersexualización femenina, la pornografía tradicional (entiéndase, la dirigida para hombres, donde las mujeres son meros objetos) y, finalmente, un paso previo o puente para las prácticas tradicionales de prostitución. Del mismo modo, se ha demostrado que Onlyfans constituye un contexto importante en la captación de potenciales víctimas de trata.
10.Son contenidos provocativos
11.A través de la cosificación de la mujer, el consumo y el engaño.

21.¿Cuál o cuáles son para usted las características principales de la prostitución en la actualidad?
1. Mujeres migrantes que realizan el proyecto migratorio a través de la prostitución o bien que una vez aquí es la única alternativa para sobrevivir, ambos casos provocan una elevada probabilidad de caer en fuertes situaciones de explotación.
Aumento de las prácticas de riesgo y de agresiones sexuales sufridas en contextos prostitucional, elevada dificultad para iniciar/retomar un proceso vital alternativo debido a la gran necesidad económica a la que están sometidas agravada por la presión familiar en origen.
Mujeres con problemas de salud tanto física (prevalencia ITS y ETS) como mental, así como diagnósticos tardíos de enfermedades graves bien de origen o sobrevenidas.
Aumento de las demandas de mujeres trans*. Mujeres atravesadas por múltiples factores discriminatorios además del hecho de ejercer prostitución (género, etnia, migrantes, pobreza...)
2. La prostitución es: violencia de género, feminización de la pobreza, migración, vulnerabilidad, ausencia de alternativas...
3. Tiene una amplia aceptación social desde la normalización y la falsa idea de "libertad sexual" pero hoy es más violenta.
4. Mujer, extranjera,con garn dificultad económica ,sin estudios,con cargas familiares en país de origen.
5. Machismo, agresións, consumo sustancias e alcohol, beneficio maioritario para donos clubes, pisos e entramado empresarial do contexto prostitucional. Perigo de invisibilización maior de situacións de vulnerabilidade dende o eido dixital. Soedade .
6. La feminización de la pobreza junto con el efecto de las sociedades patriarcales, que afecta directamente a la vulnerabilidad de las mujeres, a través de la falta de alternativas, educativas, sociales

y laborales, hacen que sean las mujeres las que se encuentren en los clubs y pisos de prostitución vendiendo sus cuerpos.
Actualmente estamos viviendo un cambio social y político, iniciado durante el COVID-19, que hace que las mujeres modifiquen el acceso a la prostitución. Las páginas web se cierran constantemente, debido a la ley de libertad sexual. Por lo que muchas mujeres vuelven a los clubs aunque hay una gran parte que prefiere seguir en pisos por encontrarse en situación irregular y tener miedo de la policía.
7.Se han visto ampliadas las vías de acceso, continúa penalizándose a las mujeres y no el consumo, no se facilitan alternativas suficientes par la salida de los contextos de prostitución.
8. Aparición y auge de nuevas plataformas digitales, que afecta no sólo a mujeres inmigrantes en situación de vulnerabilidad, sino a mujeres jóvenes de cualquier nacionalidad, estructura social y familiar, estudios etc. Nuevas "normalidades": menos ingresos y más prácticas de riesgos. Los puteros cada vez "ofrecen" pagos menores, pero exigen mayores prácticas de riesgo
9.Presencia mayoritariamente femenina o de personas trans
Personas en situación de pobreza y/o vulnerabilidad (contextos migratorios, violencia de género)
Normalización de la prostitución, en una sociedad hipersexualizada
Prácticas de riesgo (no utilización de preservativos, consumo de drogas, prácticas sexuales abusivas).
Consumidores que perciben a las mujeres prostituidas como libres, sin cuestionarse otras alternativas o realidades subyacentes. Facilidad para acceder a dichos servicios, especialmente por parte de hombres, desde edades muy tempranas
10.La oferta de los servicios en red
11.Migración, feminización de la pobreza y patriarcado.

22.Describa en una frase el tratamiento que considera que recibe la mujer en contextos de prostitución.

1. VIOLENCIA
2. Violencia - Vulneración de los derechos humanos
3. La mujer sufre violencia en todas sus formas
4. Mujer a asume una violación a cambio de dinero debido a su gran vulnerabilidad.
5. Denigrante. Os clientes úsanas, os empresarios aprovéitanse e a sociedade silencia pq é un tema incómodo do que falar
6.Inhumano
7.Denigrante, como un objeto
8.Una forma de violencia consentida por la hipocresía social, política, económica y patriarcal.
9.La mujer es tratada como mero objeto de satisfacción de deseos sexuales. En base a esto, no se considera a la persona que se encuentra detrás: hay una ilusión de libertad que no se corresponde en la mayoría de los casos. Por otra parte, el pago a estas mujeres parece legitimar, para los consumidores, todas las prácticas que deseen, aun poniendo en peligro la integridad física o psíquica de la mujer prostituida: prácticas no consentidas, consumo de estupefacientes, prácticas sexuales de riesgo.
10.Que son putas y no valen para otra cosa
11.La mujer es utilizada para el consumo del hombre a través de las prácticas sexuales.

23.¿Cuáles cree que son los rasgos que definen a los prostituidores?
1. Hombres
2. Son hombres, pero no hay un perfil, cualquier hombre es un consumidor potencial de prostitución. Ausencia total de educación afectivo-sexual.
3. Machistas. Narcisistas. Conscientes del mal que hacen

4. Hombres, sin habilidades sociales, con actitudes machistas, sin empatía.
5. Machistas (de xeito macro ou micro) Concepto da muller coma parte da súa oferta de ocio e tempo libre persoal. O único motivo que lles move para ser prostituidores é o pracer propio obviando intencionalmente que a muller está nesa situación por unha vulnerabilidade persoal, familiar, económica, saúde...etc e centrándose só na súa creenza discriminada que a muller ten o seu corpo para uso de medio de vida, e sentíndose así lexitimados a consumilo.
6.No creo que haya un perfil común o rasgos concretos. Lo que veo, es que son hombres los que acceden a la compra de mujeres, utilizando uno de los privilegios que tienen al vivir en una sociedad patriarcal.
7.Hombres que sienten que pueden utilizar a una mujer como un objeto para la satisfacción de su deseo sexual, autoconvencidos de que no se trata de una forma de violencia.
8.Cualquier persona puede ser un cliente. Aquellos que lo hacen por diversión, por presión de grupo, por necesidad de ejercer violencia, que buscan afecto, insatisfacción sexual, etc. Cualquier edad, estatus social y económico, ideología o creencias, etc. Son producto de lo que se promueve socialmente: capitalismo, consumismo, patriarcado, fomento de relaciones offline y por tanto desconexión empática, desigualdad de género, etc
9.Gran concentración de poder fáctico. Capacidad de intimidación, a través de técnicas como amenazas, violencia directa o indirecta, coacciones. Connivencia con autoridades, en algunos casos. Personas que suelen presentar antecedentes penales por éste u otro tipo de delitos. Personas que suelen trabajar en red
10.La pobreza
11.No existe un rasgo común en los prostituidores mas que la creencia de que tiene derecho sobre el cuerpo de la mujer.

24.¿Cuáles considera que son las motivaciones que alegan los hombres para consumir prostitución?
1. Que los cuerpos de las mujeres están en venta, y valen menos.
2. Ninguna con validez, son escusas para ejercer poder y dominación
3. La facilidad de acceso a la mujer prostituida en relación con la mujer no prostituida; la idea de que deben satisfacer su deseo a toda costa como un derecho.
4. Alegaciones justificativas de su conducta para externalizar la culpa.
5. "Eles só van para pasalo ben, relaxarse, tomar unha copa, falar coas chicas e incluso axudalas pobrecitas que teñen que gañarse a vida""
6.No trabajo con hombres, por lo que no he llegado a tener conversaciones a nivel profesional con ningún hombre sobre este tema
7.Poder, dominación,...
8.Una deficiente educación afectivo sexual, un imaginario sexual basado en la dominación y control,
9.Falta de «éxito» con las mujeres, facilidad en el acceso a la relación sexual, posibilidad de realizar las prácticas sexuales (filias, determinadas prácticas controvertidas) que no podrían realizar con su pareja sentimental o sexual
10.En busca de una aventura que pude hacer lo que desea y no haría con su pareja
11.El ejercicio del poder sobre el cuerpo de las mujeres.

4. Conclusiones

De la información proporcionada por las personas técnicas y utilizando como marco los objetivos previstos de investigación, vamos a focalizar las respuestas en tres ejes: Discursos en las redes, tratamiento que se da a las mujeres prostituidas y violencias ejercidas sobre ellas.

Las páginas en línea de anuncios de prostitución indicadas por las personas técnicas como las consideradas más utilizadas y visitadas son, en primer lugar Pasion.com (25%), seguida de Nueva pasión (19%) y en tercer lugar Milanuncios y Destacamos, ambas representando el 13% del total. Con respecto a los foros, el foro Spalumi es el considerado más conocido y visitado en el 31% de los casos seguido por Slumi (23%). Con un 15% aparecen, en tercera posición Sexomercado y ForoPL.

Sobre el contenido de los anuncios se destaca la oferta de cuerpos, servicios y prácticas sexuales y en su opinión sobre los anuncios prevalece la cosificación, la despersonalización, la incitación a la violencia sexual y el mercado de cuerpos.

Del discurso y del comportamiento de los prostituidores en los foros online, lo que más les ha impresionado, aparece reseñado en estos tres bloques: la legitimización de la violencia contra las mujeres, la despersonalización/cosificación de las mujeres, y el lenguaje denigrante y humillante .

En el tratamiento que perciben hacia la mujer en esos foros las respuestas que predominan señalan los comportamientos misóginos/machistas, violentos, deshumanizadores/cosificadores, denigrantes/vejatorios/humillante, indignantes/repugnantes y punibles:

> “El discurso es : Percepción de las mujeres como meros cuerpos, un mercado basado en la "satisfacción del cliente/hombre", por tanto valoraciones de qué mujeres cumplen este criterio de "mercado". Se perpetúa la edad (cuánto más jóvenes mejor), la " cantidad" y " diversidad" de prácticas que realiza la mujer (incluídas de riesgo), el nivel de sumisión, variedad, precios etc “

Otro aspecto abordado es el de como influye el uso de internet y las redes sociales en la pornografía y la prostitución, y están muy claros muchos de estos factores para los profesionales, como se puede ver en las opiniones reflejadas, con gran impacto para los/as adolescentes, sobre todo lo relativo por una parte al acceso al consumo, y, por otra parte, la normalización y replica de esas violencias como modelo a imitar a través de los sexual scripts:

> “La generalización del uso de Internet y las redes sociales han contribuido a la facilitación y globalización de los mercados de prostitución; facilitando el contacto entre personas prostituidas y personas consumidoras. La pornografía, por su parte, normaliza estas cuestiones, reproduciendo valores relacionados con la cultura de la violación (prácticas sexuales violentas, de sumisión, cuyo contenido siempre está diseñado para ser consumido por hombres). Otras páginas, como On-lyfans y similares, son también una gran fuente de intercambio de servicios y captación de personas en redes de trata; y promueven e inducen a la prostitución directa, tradicionalmente conocida. “

Desde el punto de vista de socialización, la correlación entre pornografía/prostitución con la violencia contra las mujeres , en los discursos analizados, se ofrece un imaginario de como ejercer esa violencia y un desequilibiro de poder, objetivizando a las mujeres a través de las prácticas normalizadas. El caso específico de Onlyfans en esta línea sería un ejemplo que promueve la hipersexualización femenina y normaliza una prostitución bien vista.

> “Las mujeres que padecen la prostitución no tienen alternativas, el uso del dinero para acceder al cuerpo de una mujer es una forma de abuso lejos del consentimiento real (viciado por las circunstancias de necesidad de las mujeres) lo cual es en si mismo violencia sexual “

Entre las características principales de la prostitución en la actualidad, se destacan como rasgos definitorios la feminización de la pobreza, la migración, vulnerabilidad, la amplia aceptación social desde la normalización y la falsa idea de "libertad sexual", el aumento de las demandas de mujeres trans, mujeres atravesadas por múltiples factores discriminatorios además del hecho de ejercer prostitución (género, etnia, migrantes, pobreza...) , el aumento de las prácticas de riesgo y de agresiones sexuales sufridas en contextos prostitucional.

> “La feminización de la pobreza junto con el efecto de las sociedades patriarcales, que afecta directamente a la vulnerabilidad de las mujeres, a través de la falta de alternativas, educativas, sociales y laborales, hacen que sean las mujeres las que se encuentren en los clubs y pisos de prostitución vendiendo sus cuerpos. Actualmente estamos viviendo un cambio social y político, iniciado durante el COVID-19, que hace que las mujeres modifiquen el acceso a la prostitución. Las páginas web se cierran constantemente, debido a la ley de libertad sexual. Por lo que muchas mujeres vuelven a los clubs aunque hay una gran parte que prefiere seguir en pisos por encontrarse en situación irregular y tener miedo de la policía. “

Lo digital también aparece aquí como dimesión de análisis por el peligro que conlleva a la hora de invisibilizar la vulnerabilidad y la ampliación de vias de acceso. En palabras de una de las técnicas: “Estamos ante un "monstruo" en lo que se refiere a las consecuencias que se estarán viendo en un futuro no muy lejano sobre la compra de seres humanos” .

En cuanto a los consumidores de prostitución , si bien o hay un perfil, los rasgos que se destacan tienen que ver mucho con lo que tradicionalmente se ha identificado como masculinidades hegemónicas (falta de empatía, machistas, narcisistas, sin habilidades sociales y con capacidad de intimidación) con motivaciones en su consumo relacionadas con el poder , dominación y la prevalencia de satisfacer sus propios deseos, sus propios deseos como un derecho.

> “Cualquier persona puede ser un cliente. Aquellos que lo hacen por diversión, por presión de grupo, por necesidad de ejercer violencia, que buscan afecto, insatisfacción sexual, etc. Cualquier edad, estatus social y económico, ideología o creencias, etc. Son producto de lo que se promueve socialmente: capitalismo, consumismo, patriarcado, fomento de relaciones offline y por tanto desconexión empática, desigualdad de género, etc “

Finalmente a la pregunta necesidades o cambios en el abordaje del fenómeno de la pornografía y la prostitución, vemos una síntesis de las principales respuestas que tocan las esferas educativas, legislativas penales, políticas y sociales.

> "La educación sexual que se le está proporcionando a los hombres no es una relación sexual sana, real y pensada en el disfrute mutuo. Esto es muy peligroso tanto para las mujeres como para los hombres."

5. **Referencias**

Accem. (2023). El impacto de las nuevas tecnologías en la trata de seres humanos. [Archivo PDF]https://www.accem.es/wpcontent/uploads/2023/12/accem-impacto-tecnologias-trata-seres-humanos.pdf

Alario, M. (2021). Política sexual de la pornografía: sexo, desigualdad, violencia. Cátedra.

Asociación In Género. (2021). El impacto de la Covid-19 en la vida de las personas que ejercen la prostitución: un estudio en cinco Comunidades Autónomas de España.

Ballester, LL. e Orte, C. (2019). Nueva pornografía y cambios en las relaciones interpersonales. Octaedro. Barry, K. (1995). The Prostitution of Sexuality. New York University Press.

Bindel, J. (2017). The pimping of prostitution. Abolishing the sex work myth. Palgrave Macmillan.

Burghart, K.O. (2018). What's on Sale? A Discourse Analysis of Four Distinctive Online Escort Advertisement Websites. Sexuality & Culture 22, 316–335. https://doi.org/10.1007/s12119-017-9469-z

Cascio, K.A. (2019). Providing trauma-informed care to women exiting prostitution: assessing programmatic responses to severe trauma. Journal of Trauma & Dissociation, 20(1), 100-113. https://doi.org/10.1080/15299732.2018.1502713

Centro de Inteligencia contra el Terrorismo y el Crimen Organizado (CITCO) (2022). Trata de seres humanos en España. Balance estadístico 2018-2022. Ministerio del Interior, Secretaria de Estado de Seguridad.
https://violenciagenero.igualdad.gob.es/wpcontent/uploads/Plan_CaminoDEF19092022.pdf

Cobo, R. (2017). La prostitución en el corazón del capitalismo. Catarata.

Cobo, R. (2020). Prostitución. En B. Ranea y R. Cobo (Eds.), Breve Diccionario de Feminismo (pp. 198-200). Catarata. Comisión Europea. (2021). Estrategia de la UE de la UE para combatir la trata de seres humanos (2021-2025).
https://eurlex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/?uri=CELEX:52021DC0171

Comisión Europea. (2021). Lucha contra la trata de seres humanos: nueva estrategia para prevenir la trata, desarticular los modelos delictivos de negocio y empoderar a las víctimas.

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/es/ip_21_1663/IP_21_1663_ES.pdf

Delva, J.E., y González, I. (2022). Venta sexual digital: las redes sociales y su regulación internacional. Jurídicas CUC, 18(1), 241-278. Disponible en Venta sexual digital: las redes sociales y su regulación internacional | JURÍDICAS CUC

Diaconía España (2022). Implicación e impacto de la tecnología en la trata con fines de explotación sexual. Propuesta de desarrollo algorítmico basado en inteligencia artificial para la detección de la lucha contra la trata. [Archivo PDF] https://diaconia.es/desactivalatrata/wp-content/uploads/Informe-V-Seminario-RLC-Trata-Web.pdf

Farley, M. (Ed.) (2003). Prostitution, Trafficking and Traumatic Stress. Routledge.

Farley, M., W. Freed, K. Sherey Phal y J. Golding (2012). "Una espina en el corazón: hombres camboyanos que compran sexo". Documento presentado en la Conferencia Focus on Men who Buy Sex: Desalentar la demanda de prostitución de los hombres, detener el tráfico sexual, Phnom Penh, Camboya, 12 de julio, págs. 1 – 43.

Fiscalía Superior de la Comunidad Autónoma de Galicia. (2012). Protocolo de Galicia de actuación institucional sobre adopción de medidas de prevención, investigación y tratamiento a las mujeres víctimas de trata con fines de explotación sexual. https://igualdade.xunta.gal/es/content/protocolo-de-actuacion-institucional-sobre-la-adopcion- de-medidas-de-prevencion

Gimeno, B. (2018). La nueva utilidad de la prostitución en el neoliberalismo. Atlánticas, Revista Internacional de Estudios Feministas, 3(1), 13-32. https://doi.org/10.17979/arief.2018.3.1.3077

Giommoni, L., Ikwu, R. (2024). Identifying human trafficking indicators in the UK online sex market. Trends Organ Crim, 27, 10–33. https://doi.org/10.1007/s12117-021-09431-0

Hine, C. (2000). Etnografía Virtual. UOC.

Holt, T. J., & Blevins, K. R. (2007). Examining Sex Work from the Client's Perspective: Assessing Johns Using on-line Data. Deviant Behavior, 28(4), 333–354. https://doi.org/10.1080/01639620701233282

Hughes, DM (1999). "Internet y la industria mundial de la prostitución". En Ciberfeminismo: conectividad, crítica y creatividad, editado por S Hawthorneand y R Klein. Melbourne: Prensa Spinifex.

Hughes, DM (2003). "Prostitución en línea". Revista de práctica de trauma 2 (3– 4): 115– 132.

Jeffreys, S. (2011). La industria de la vagina. La economía política de la comercialización global del sexo. Paidós. Kramer, L. A. (2003). Emotional experiences of performing prostitution. En M. Farley (ed.). Prostitution, trafficking, and traumatic stress (pp. 187-197). Routledge.

Jones, C. 2001. "Navegando por la red del crimen: turismo sexual". Prevención del delito y seguridad comunitaria 3 (3): 53 – 57. doi:10.1057/palgrave.cpcs.8140098

Leidholdt, D. A. (2003). Prostitution and trafficking in women: An intimate relationship. En M. Farley (ed.), Prostitution, trafficking, and traumatic stress (pp. 167-183). Routledge.

Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal. (1995). BOE, 281, de 24 de noviembre.
Ley 11/2007, de 27 de julio, gallega para la prevención y el tratamiento integral de la violencia de género. (2007). BOE, 226, de 20 de septiembre de 2007.

L'Hoiry, X., Moretti, A. & Antonopoulos, G.A.(2024). Identifying sex trafficking in Adult Services Websites: an exploratory study with a British police force. Trends Organ Crim, 27, 34–55. https://doi.org/10.1007/s12117-021- 09414-1

Lindeland, B. (2010). Trauma symptomatology in female sex workers: A review of recent literature. [Máster Tesis, Pacific University]. https://core.ac.uk/download/pdf/48844113.pdf
Ministerio de Igualdad. (2022). Plan operativo para la protección de los derechos humanos de mujeres y niñas vítimas de trata, explotación sexual y mujeres en contextos de prostitución (2022-2026).

Naciones Unidas. (1979). Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer. https://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/cedaw_SP.pdf

Naciones Unidas. (1993). Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer. https://documentsddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/08/PDF/N9409508.pdf?OpenElement

Naciones Unidas. (2000). Protocolo para prevenir, reprimir y sancionar la trata de personas, especialmente mujeres y niños, que complementa la Convención de las Naciones Unidas contra la delincuencia organizada transnacional. https://www.ohchr.org/documents/ professionalinterest/protocoltraffickinginpersons_sp.pdf

Nuño, L. e de Miguel, A. (dirs). (2017). Elementos para una teoría crítica del sistema prostitucional. Comares.

Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC) (2010). Ley modelo contra la trata de personas. https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/ TIP-Model-Law-Spanish.pdf

Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC) (2020). Global Report on Trafficking in Persons 2020. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tip/2021/GLOTiP_2020_15jan_web.pdf

Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC) (2022). Global Report on Trafficking in Persons 2022. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2022/GLOTiP_2022_web.pdf

Pajnik, M., Kambouri, N., Renault, M. y Šori, I. (2016) Digitalizar el comercio sexual y el trabajo sexual: un análisis comparativo de sitios web franceses, griegos y eslovenos, Género, lugar y cultura, 23:3, 345-364 , DOI: 10.1080/0966369X.2015.1013449

Pérez Freire, S. (2013). Informe: estudio exploratorio da trata de persoas en Galicia. https://libraria.xunta.gal/es/informe-estudo-exploratorio-da-trata-de-persoas-en-galicia

Pink, S., Horst, H., Postill, J., Hjorth, L., Lewis, T. y Tacchi, J. (2019). Etnografia digital, principio y prácticas. Morata.

Poulin, R. (2011). La mondialisation des industries du sexe: prostitution, pornographie, traite des femmes et des enfants (2ª ed.). Imago.

Ranea, B. (2020). Trata con findes de explotación sexual. En B. Ranea y R. Cobo (Eds.), Breve Diccionario de Feminismo (pp. 247-249). Catarata.

REGLAMENTO (UE) 2016/679 DEL PARLAMENTO EUROPEO Y DEL CONSEJO de 27 de abril de 2016 relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos y por el que se deroga la Directiva 95/46/ CE (Reglamento general de protección de datos). (2016). DOUE, 119, de 4 de mayo de 2016.

Sau, V. (2000). Diccionario ideológico feminista. (Vol. I, 3ª ed.). Icaria. [Edición original de 1981: Diccionario ideológico feminista].

Secretaría de Estado de Seguridad (2024). Trata y explotación de seres humanos en línea. Una nueva realidad para un viejo problema [Archivo PDF]https://www.interior.gob.es/opencms/pdf/servicios-al-ciudadano/ trata/240429_Estudio_trata_online.pdf

Unión Europea. (2011). Directiva 2011/36/UE del Parlamento Europeo y del Consejo de 5 abril de 2011 relativa a la prevención y lucha contra la trata de seres humanos y a la protección de las víctimas y por la que se sustituye la Decisión marco 2002/629/JAI del Consejo. Recuperada de https://www.boe.es/doue/2011/101/L00001-00011.pdf Xunta de Galicia. (2022). Plan Galego Contra a Trata de Seres Humanos con Fins de Explotación Sexual 2022-2024. https://igualdade.xunta.gal/sites/default/files/files/documentos/plan_galego_trata_20220927_002.pdf

[i]

Sentidos e Golpe. O papel das Redes Sociais no 8 de Janeiro

Rita de Cássia Aragão Matos1

Palavras-Chave: Redes sociais, golpe, democracia, Brasil, extrema direita

Resumo

O papel das redes sociais é de fundamental importância para a compreensão de formas distintas de manifestações autoritárias e sua disseminação, em particular o fenômeno da ascensão da extrema direita na atualidade. A proposta deste texto é discutir, em linhas gerais, o

protagonismo deste tipo de comunicação no cenário brasileiro, destacando a tentativa de golpe a qual culmina com o episódio do 8 de janeiro de 2022, em Brasília.

Abstract

The role of social media is of fundamental importance for understanding different forms of authoritarian manifestations and their dissemination, in particular the phenomenon of the rise of the extreme right today. The purpose of this text is to discuss, in general terms, the protagonism of this type of communication in the Brazilian scenario, highlighting the attempted coup which culminated in the episode of January 8, 2022, in Brasília.

1professora associada dos Bacharelados Interdisciplinares e do ppg Cultura e Sociedade IHAC\UFBa. Líder do GP Práticas e Produtos Discursivos da Cultura Midiática -CNPq: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6182963451293863

Apresentação

Para compreendermos a ascensão da extrema direita no mundo é fundamental analisar o protagonismo das redes sociais no processo de sua disseminação. Estudos importantes indicam um maior impacto dos discursos radicais nas redes, ao mesmo tempo apontam para o fato de que a extrema direita não detém maior competência sobre as estratégias de comunicação nestes espaços virtuais, e mesmo as empresas simpatizantes de uma ideologia autoritária não são mais eficazes que suas concorrentes. Apesar disso, há evidências de que discursos extremistas têm se mostrado mais astuciosos para atrair um grande número de seguidores e causar maior impacto ao fazer circular conteúdos aí produzidos. (GONÇALVES, 2024)

Autores como Fessler, Pisor e Navarrete (FESSLER, PISOR e NAVARRETE, 2014), além de Solano (2018) demonstram que uma das principais estratégias do discurso da extrema direita opera através da mobilização de certas emoções como o medo, o ódio, o ressentimento. Em texto anterior, tentamos compreender parte deste processo ao analisarmos estratégias para a constituição de identidades clivadas, quando o Outro é visto como inimigo (MATOS e REIS, 2024)

Uma das chaves para a compreensão desta captura dos sujeitos através das redes é demonstrada por tais estudos ao apontarem que o público conservador tende a crer mais em teorias da

conspiração e fake news do que pessoas consideradas mais progressistas. Neste cenário, a cooptação de sujeitos com este perfil é organizada a partir da compreensão e sistematização destes sentimentos através sobretudo dos algoritmos.

As condições de produção do discurso da extrema direita, imersos em um mundo marcado pelo aprofundamento da espetacularização das coisas, desde o cotidiano, a esfera privada, até o campo da política, a esfera pública (CHAUI, 2006), favorecem um modo de dizer que opera sob o sensacionalismo, explorando, pois, a fragmentação do olhar, a superficialidade, a desconexão com uma certa racionalidade diante do real.

Mesmo que este não seja o objetivo explícito, ao promover a disseminação de discursos de ódio, fake news e teorias da conspiração — narrativas frequentemente utilizadas pela ultradireita — as empresas de tecnologia acabam por beneficiar esse campo político. Apesar dos esforços e investimentos dos progressistas na criação de conteúdo online, eles enfrentam uma desvantagem estrutural. Páginas e influenciadores que adotam discursos radicalizados tendem a se destacar mais nas plataformas, rapidamente atraindo seguidores. (GONÇALVES, 2024)

Arão Gonçalves reitera que as redes sociais preferem esse tipo de conteúdo porque este captura nossa atenção, e a atenção é o que gera lucro para as empresas por meio de anúncios. Embora os algoritmos não tenham como propósito explícito favorecer a extrema direita, pouco agem para evitar tais desdobramentos. Obviamente, lembra o autor, os algoritmos não criaram a extrema direita, mas abriram caminhos que facilitam a expressão de afetos e ideias autoritárias que antes não dispunham das alíneas virtuais para sua disseminação.

Não se trata apenas de um conflito de narrativas, de posições políticas distintas ou mesmo antagônicas, mas vivenciamos uma disputa que tem como questão fundamental implodir a democracia ou mantê-la, ainda que sob limites importantes para a maioria dos cidadãos e cidadãs. Nesta guerra o discurso autoritário tem se sobressaído.

Recorremos uma vez mais aos estudos de Fessler, Pisor e Navarrete os quais apontam para o fato de que sujeitos de perfil mais conservador tendem a acreditar em teorias da conspiração e em histórias falsas que incitam o pânico, se comparado a um público de perfil mais progressista. É diante deste público mais conservador que a extrema direita age com maior efetividade, organizando suas vozes através das redes, nomeando os sentimentos, materializando aqueles que devem ser vistos como adversários ou, melhor dizendo, inimigos.

Trata-se de uma operação complexa: mobilizar sentimentos como tristeza, frustração, medo, raiva. Atrair estes sujeitos, transforma-los em aliados em contraposição aos seus “algozes”.

Numa palavra: através sobretudo dos algoritmos o discurso radicalizado produz sentidos e busca encontrar o seu público, tende a aglutina-lo imaginariamente, a orientar suas ações, contando, muitas vezes, com o suporte de organizações conservadoras ou radicais, as quais, frequentemente, fazem parte do dia a dia destes sujeitos, a exemplo de instituições religiosas algumas destas notoriamente alinhadas a projetos de caráter político.

A Disseminação da Extrema Direita

O extremismo de direita busca consolidar uma agenda radicalmente conservadora em diferentes partes do mundo. A conexão entre líderes sediados em realidades distintas evidencia-se ao observarmos a repetição de narrativas e estratégias tais como o negacionismo climático, a relativização de crimes graves, como é o caso do projeto de "anistia" daqueles que participaram da tentativa de golpe no Brasil, e o uso de teorias conspiratórias para deslegitimar opositores políticos, considerados inimigos, que devem ser eliminados, e instituições que garantem, ainda que sob limites, o estado de direito.

Para tanto, a utilização de redes sociais transnacionais converteram-se não apenas em lugar privilegiado para o compartilhamento de ideias, contatos entre seus líderes e simpatizantes, mas território onde são configuradas estratégias de poder.

Neste lugar onde circulam imagens, vozes, cores, gestos, sentimentos foi urdido um ecossistema de informações de caráter transnacional, aproximando líderes e sujeitos das mais diversas regiões do mundo.

Tal como já alertaram LEVITSKY e ZIBLATT (2018), uma das estratégias mais evidentes deste movimento incide sobre a tentativa de deslegitimação das instituições que, efetivamente, legitimam a chamada democracia liberal, a exemplo do Judiciário.

No Brasil este movimento é realizado através do fenômeno do bolsonarismo o qual emerge, portanto, como parte de um movimento global. Alguns dos representantes deste movimento global chegaram ao poder em países como Estados Unidos, Itália, Turquia, Israel, Argentina e ampliam seu nível de influência em países como França, Espanha e Alemanha. O impacto deste processo de expansão da extrema direita é notório, culminando com sua chegada ao poder central no Brasil na eleição de 2018.

Com efeito, ao utilizar o poder das plataformas digitais para disseminar e amplificar as vozes autoritárias, também no Brasil a extrema direita, através do bolsonarismo, configura-se como parte integrante de uma rede mundial, cujo projeto assenta-se na implosão do projeto democrático e consolidação de regimes autoritários.

Redes e Extrema Direita no Brasil

Feitas estas considerações gerais, observa-se, portanto, que o Brasil faz parte de um tabuleiro global onde as big techs, o capital financeiro, o agronegócio, os conglomerados internacionais, instituições religiosas e as potências estrangeiras têm interesse direto na condução política do país.

O crescimento da extrema-direita não ocorre por acaso mas, pelo contrário, há um movimento internacional coordenado que objetiva desestabilizar governos progressistas, condicionando a opinião pública por meio da guerra híbrida, do uso massivo de desinformação e do controle das redes sociais. (GONÇALVES, 2024). Vale dizer que o Brasil já é um laboratório dessas práticas desde 2016, quando o golpe contra Dilma Rousseff iniciou uma fase de ingerência internacional mais direta na política nacional (BANDEIRA, 2017).

Após a queda do governo de Dilma Rousseff e a prisão de Lula da Silva, processo protagonizado por velhos personagens políticos da história brasileira, a exemplo da mídia corporativa e setores do Judiciário, pode-se afirmar que em 2018 um novo protagonista amplia seu poder uma vez que a máquina de fake news foi fundamental para ajudar a eleger um candidato inapto e que ao longo da sua trajetória pública sempre defendeu regimes autoritários e a violência como prática política.

Para atingir este objetivo, ou seja, construir a imagem de um novo líder radical e alça-lo ao poder, um movimento sem precedentes na arena política brasileira emergiu no momento em que milhões de usuários das plataformas digitais puderam acessar uma nova fronteira para fazer escolhas, especialmente políticas.

8 de Janeiro de 2023: Novas vias para um Golpe

Se o cenário das eleições de 2026 que se avizinha tende a colocar mais uma vez as redes sociais em posição de destaque na disputa, como bem sabemos, as redes sociais foram fundamentais já na eleição que levou a extrema direita ao poder no maior país da América Latina.

Note-se um aparente paradoxo: se de um lado as urnas sacramentaram a eleição de 2018, e neste cenário o papel das redes foi fundamental para levar à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, maior líder da extrema direita no País, ao operar como uma das estratégias mais utilizadas para disseminar informações falsas sobre candidatos adversários no processo eleitoral de 2018, ao mesmo tempo, desde sua eleição, amplia-se exponencialmente, através das redes, a ideia de que as urnas eletrônicas operavam como elementos decisivos para a

consumação de uma fraude eleitoral, fraude que teria como propósito impedir a vitória de Jair Bolsonaro a qual teria acontecido já no primeiro turno daquela eleição.

Insistimos que se trata de um aparente paradoxo pois, como já advertiam Levtsky e Ziblatt, a extrema direita conquista o poder através do regime democrático contudo, uma vez no poder, age para implodir o sistema que permitiu sua vitória. Os exemplos são diversos mundo afora e no Brasil não foi diferente.

Deste modo, tal narrativa sobre uma suposta conspiração eleitoral espraia-se ao longo dos quatro anos de mandato de Bolsonaro, culminando com a tentativa de golpe após sua derrota na eleição de 2022. O paroxismo da tentativa de golpe é a invasão dos prédios dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

Sem embargo, para consolidar a suposta denúncia de fraude junto à população, desde sua posse, o próprio presidente recém eleito em 2018 reiterou a ideia de parcialidade de juízes e instituições como o do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, inclusive em lives realizadas em espaços institucionais.

O objetivo destas mensagens, que passaram a ser produzidas e disseminadas por autoridades, indivíduos, grupos e máquinas, hoje parece-nos evidente: convencer os sujeitos de que estava em curso aquilo que consideravam mais uma fraude eleitoral, desta vez na eleição de 2022; fraude supostamente evidenciada desde 2018, quando, segundo esta narrativa, o ex-presidente Jair Bolsonaro teria vencido as eleições no primeiro turno e não no segundo turno e, ao contrário do que sinalizavam as pesquisas realizadas antes da eleição de 2022, Bolsonaro venceria seu grande oponente: Luis Inácio Lula da Silva.

Não por acaso, como bem lembra Arão Gonçalves, as evidências acerca do lugar a ser ocupado pelas redes sociais neste novo momento da política brasileira são observadas desde a posse de Bolsonaro, ainda em 2019, quando seus apoiadores, aos gritos de “whatsapp” e “facebook”, indicavam, desde o início do seu governo, o papel que teriam na chegada ao poder da extrema direita no País. (GONÇALVES, 2024)

Importante lembrar alguns momentos nos quais o então presidente da República, Jair Bolsonaro, protagoniza a disseminação, através de meios massivos, da denúncia de uma suposta conspiração contra si. Tal construção imaginária opera a partir de elementos caros ao

imaginário político nacional: a idéia de que ele seria um Messias, enviado por Deus para salvar o País e que lutava contra os ímpios que atentaram mesmo contra sua vida. Neste sentido é rememorado todo o tempo o episódio da facada durante a campanha de 2018. Também a ideia de que por ser um homem “simples”, “do bem”, “pai de família” que coloca “o Brasil acima de Tudo e Deus acima de todos” estaria sendo perseguido por “poderosos”.

Portanto, sob a escalada de um discurso autoritário e messiânico, Bolsonaro parte, desde sua posse, e mesmo em datas comemorativas como o 7 de setembro, dia da independência do Brasil, para o enfrentamento contra as instituições que, em tese, estão implicadas nos limites de um poder que se pretendia autocrático.

No centro dessa guerra de imaginários está o discurso de "liberdade de expressão absoluta", um conceito que, sob o pretexto de garantir direitos individuais, é utilizado para justificar a disseminação de desinformação, discurso de ódio e teorias conspiratórias. Essa retórica serve, como atesta Gonçalves (2024) como uma ferramenta essencial da guerra híbrida e psicológica, buscando deslegitimar instituições democráticas e manipular a opinião pública.

O objetivo desta deslegitimação, como já foi analisado por Miguel (MIGUEL, 2021) e outros estudiosos, é minar a democracia por dentro ou seja, trata-se de líderes que alcançam o poder através de processos políticos garantidos pela ordem legal, pelos mecanismos institucionais e que, ao chegar ao poder, trabalham no sentido de implodir as estruturas democráticas.

Assim é que ao longo do seu governo, de 2019 a 2022, Bolsonaro age todo o tempo com o intuito de enfraquecer esferas como o Judiciário, a imprensa tradicional, a Ciência, a Universidade, as instituições ligadas à Cultura.

A Escalada do Golpe

Após estas breves considerações acerca do lugar das redes sociais no processo de produção de sentidos em favor da extrema direita, observaremos a seguir mais detidamente o protagonismo do mundo virtual na tentativa de golpe no ano de 2022 no Brasil e que culmina com o episódio do 8 de janeiro de 2023.

Sem embargo, a denúncia encaminhada pela Procuradoria Geral da República assim como milhares de páginas do inquérito aberto pela Polícia Federal explicitam, através de fartas

provas, de que maneira ministros de estado, militares de alta patente ou do baixo escalão, autoridades diversas e o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro teceram uma trama e agiram para sabotar a democracia brasileira.

A tese sobre o papel desempenhado pelas redes sociais encontra seus fundamentos em documentos tornados públicos, em especial pela PGR, pela PF e pelo STF. Deste modo, o documento da PGR afirma que :

"As estratégias eram alinhadas em plataformas fechadas de mensagem, como WhatsApp e Signal, e depois ganhavam tração em redes abertas, a exemplo do X e do Facebook"

O trabalho minucioso de investigação da PF e a denúncia encaminhada pela PGR evidenciam que a utilização massiva das plataformas foi fundamental para a mobilização de milhões de pessoas e a tentativa de golpe. A denúncia da Procuradoria Geral da República revela em detalhes como ocorreu a operação de produção de sentidos cujo objetivo era a desinformação, a deslegitimação de instituições como o TSE e o STF para insuflar a mobilização de milhões de pessoas e de grupos importantes como os militares para o desfecho do golpe.

A estratégia golpista operou através do uso da estrutura do governo, de setores militares, de lideranças da sociedade civil e grupos diversos organizados em distintas plataformas. Para que tal processo tivesse êxito, foi imprescindível a organização de redes de influência por meio de plataformas como whatsapp, facebook, instagram, Twitter\X. Tais canais ecoavam desinformação, ataques às instituições, denúncias infundadas sobre o processo eleitoral e mesmo sobre atos ilegais que passavam a ser considerados legais tal como a distorção do Artigo 142.

Com efeito, o relatório da Polícia Federal bem como a denúncia da PGR confirmam que os golpistas tentaram legitimar uma intervenção militar travestida de legitimidade. Em mais uma distorção da realidade, disseminaram a ideia de que o artigo 142 da Constituição, que trata das atribuições das Forças Armadas, garantiria constitucionalmente os militares como um "poder moderador", o que é falso.

Tais mensagens penetraram na sociedade e viralizavam de modo avassalador conectando milhões de pessoas.

A gravidade destes acontecimentos deveria levar a uma necessária transformação sobre as normas que regem as redes sociais no País. A falta de regulação das redes sociais é um obstáculo no tocante ao seu monitoramento. Um fato grave, por exemplo ocorreu na tentativa

de golpe, pela facilidade com que os golpistas agiram à sombra das redes posto que algumas destas plataformas foram ainda mais eficientes na disseminação de mensagens devido à criptografia e organização em grupos fechados, facilitando a comunicação de grupos mais radicais e, não raro, impossibilitando o seu rastreio.

Tal como propõe GONÇALVES (2024), o objetivo não era tão somente enganar, mentir, dissuadir o público, mas :

"criar um ecossistema informacional paralelo, onde a realidade oficial – baseada em fatos, leis e decisões institucionais – fosse substituída por uma realidade alternativa, moldada exclusivamente pelo bolsonarismo."

A denúncia da PGR explicita, através de provas como o rastreio de conversas realizadas através das plataformas, vídeos, posts etc, de que maneira as redes sociais, os aplicativos de mensagens foram usados para disseminar teorias da conspiração, deslegitimar as eleições e organizar atos cujo objetivo era manter Jair Bolsonaro no poder

Para tanto, a PGR demonstra que a conspiração foi planejada racionalmente, e, pois, que não se tratava de algo espontâneo, não se tratava de uma reação, da revolta nascida naturalmente das "massas inconformadas com a fraude eleitoral", tal como os golpistas tentaram fazer crer. Ao contrário de um suposto espontaneísmo popular, empresários ligados ao agronegócio, setores do mercado financeiro e políticos apostaram suas fichas no golpe através do financiamento de influenciadores, de órgãos da imprensa tradicional, de campanhas de desinformação nas redes, da circulação de vídeos e publicações a fim de pôr em suspeição o processo eleitoral, difamando autoridades. O objetivo era impedir o governo eleito de subir a rampa.

A denúncia tornada pública pela PGR demonstra que a estratégia dos grupos que tentaram um golpe contra a democracia no Brasil organizou-se a partir de estratégias fundamentais: disseminar a ideia de que a eleição de Bolsonaro teria sido fraudada, ideia corrente desde 2018 e que ganha tração com a derrota em 2022; manter ataques permanentes a instituições como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral; mobilizar as massas e, finalmente, ampliar a pressão sobre os militares para que aderissem ao golpe em curso.

Para alcançar tais objetivos seria necessária uma grande mobilização das massas, as quais responderam através de acampamentos em frente a quarteis, realizaram protestos pelo país afora, oraram em frente a pneus e à bandeira do Brasil, difamaram militares que não aderiram ao golpe, saíram de cidades espalhadas por todo o Brasil chegando à` capital federal para tomar o poder.

Enfim, após a derrota de Bolsonaro, assistimos grupos bolsonaristas passarem a espalhar boatos de que o Exército estava "pronto para agir" e que Lula não conseguiria tomar posse. Essas mensagens foram intencionalmente disseminadas para manter a base mobilizada, impedindo que os apoiadores mais radicais se desmobilizassem e aceitassem a transição de poder. O objetivo era criar um estado de expectativa permanente, um caos social sob os holofotes da grande imprensa.

O Último Ato: 8 de janeiro

Aragon reitera que a estratégia seguiu um roteiro já conhecido em tentativas de golpes no século XXI: primeiro, a desmoralização das instituições democráticas, depois a fabricação de uma crise artificial, seguida de tentativas de cooptar as Forças Armadas, e por fim, a mobilização da base radicalizada para criar o pretexto final para a ruptura democrática. Todos esses elementos estavam em jogo no 8 de janeiro. Os dias que antecederam a invasão das sedes dos Três Poderes foram marcados por acontecimentos que indicavam que algo muito grave estava prestes a acontecer sob o céu da capital federal.

Sobre estes graves acontecimentos que precedem o 8 de janeiro, é importante lembrar a tentativa de explosão de uma bomba no aeroporto de Brasília na manhã de 24 de dezembro de 2022, o quebra-quebra e tentativa de invasão à sede da Polícia Federal no dia da diplomação do presidente eleito, Lula da Silva, em 12 de dezembro, e a chegada de dezenas de caravanas de ônibus à capital federal em 7 de janeiro de 2023. São evidências de que a suposta revolta popular espontânea não existiu.

A denúncia da PGR aponta que havia uma comunicação intermitente entre os grupos radicalizados - influenciadores, lideranças políticas, autoridades do governo, militares da ativa e da reserva, grupos organizados de extrema-direita, que incentivavam a ida de manifestantes a Brasília e, em alguns casos, não apenas estimulavam, mas financiavam passagens, bem como a permanência de centenas de pessoas nos acampamentos em frente aos quarteis.

Nos grupos de WhatsApp e Telegram, mensagens circulavam pedindo que as pessoas “resistissem até o fim” e que “o momento da virada estava próximo”. Essa narrativa circulou por dias, semanas, mantendo a mobilização. Um dos pilares da efervescência do movimento era a crença de que o Exército estaria ao lado dos revoltosos caso houvesse o clamor das ruas. Baseavam-se na interpretação deturpada do Artigo 142 da Constituição Federal, como já observado anteriormente.

O 8 de janeiro acontece como uma última tentativa, naquele contexto, de deflagração do caos social que levaria a um regime de força com o apoio militar. O plano traçado envolvia a invasão

das sedes dos Três Poderes, causando destruição pela massa radicalizada, impedindo o funcionamento dos Poderes da República, resultando numa necessária intervenção militar para conter o caos.

Apesar da inépcia da polícia do Distrito Federal, da conivência de amplos setores militares, do uso da máquina pública para disseminar mensagens falsas e manter a mobilização nos acampamentos, o que, supostamente, criaria um efeito dominó no cume da tentativa de golpe, o 8 de janeiro, a estratégia posta em andamento não levou ao desfecho esperado.

Um dos motivos para que o golpe fracassasse, além da posição do governo Biden, nos Estados Unidos, foi a resistência dos comandantes do Exército, general Marco Antonio Freire Gomes, e da Aeronáutica, o tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, ainda que o almirante Almir Garnier Santos, comandante da Marinha, tenha se colocado ao lado dos conspiradores.

A imagem de Lula, presidente da República eleito, de braços dados com Rosa Weber, então presidente do STF, governadores, presidentes da Camara e do Senado, parlamentares e ministros de estado foi um ato simbólico que mobilizou o sentido fundamental diante do momento crítico de ameaça à democracia: a resistência. Era a resposta imediata ao golpe.

Vale lembrar que as prisões dos golpistas começaram horas após a invasão dos prédios das sedes dos Três Poderes no entanto, nos dias que correm, um projeto nomeado de “anistia” liderado pela extrema direita pretende tornar impunes os golpistas.

Comentários Finais

A denúncia apresentada pela PGR ao STF bem como o relatório de quase 900 páginas da Polícia Federal expõem, através de provas contundentes, a conspiração cujo objetivo era a desestabilização institucional e a instauração de um regime de força no Brasil.

As ações desencadeadas ao longo da tentativa de golpe revelam o uso sistemático de manipulação de informações, criação de fake news, desqualificação de instituições como o STF e o TSE, a mobilização de milhões de pessoas através das redes sociais a fim de enfraquecer instituições de sustentação da democracia, potencializando a desconfiança em figuras públicas, representantes destas instituições, para gerar o caos e oferecer como alternativa um regime autoritário sob a liderança de um líder autocrático e violento.

O protagonismo de empresas de tecnologia e redes sociais no processo de planejamento e nos desdobramentos de tal conspiração golpista expõe o potencial desses espaços na guerra da comunicação e na ameaça permanente de uma ruptura democrática.

As redes sociais, aplicativos de mensagens, as plataformas digitais foram usadas deliberadamente para não apenas debater, manifestar opiniões, criticar, aglutinar ideias e pessoas, mas tornaram-se espaço privilegiado para operar a radicalização da política, transformando as alíneas virtuais no ovo da serpente que eclodiria no 8 de janeiro.

Quando milhões de pessoas passam a acreditar que o Brasil vive sob uma ditadura judicial, que as eleições foram fraudadas, que o país está a um passo do comunismo, e que seu grande líder, convertido em “messias”, está sendo vítima de “poderosos”, um golpe, cujo objetivo é “impor a ordem e a justiça”, sob intervenção militar, é aceito como justificativa para enfrentar um suposto caos social.

Os fatos acontecidos e as provas levantadas pela PF e pela PGR, além de farto material jornalístico produzido por diversos órgãos de imprensa, sejam conservadores ou alternativos, revelam, de modo incontestável, que a insurreição de 8 de janeiro não foi um evento espontâneo, mas resultado de estratégias políticas e comunicacionais as quais objetivavam cooptar cidadãos e converte-los não apenas em usuários das redes, mas em partícipes de um golpe de estado.

O uso de um imaginário mítico em torno da figura de Bolsonaro, de expressões repetidas ao infinito como “fraude”, "ditadura do STF", "nossa liberdade em risco", “intervenção militar, já!” disseminadas ao longo de semanas, meses e nos quatro anos de governo de extrema direita, potencializaram a revolta e a ação dos seus apoiadores, muitos deles capazes de atos violentos diante da crença em uma realidade paralela.

A crença no “mito”, na adesão das Forças Armadas, no “patriotismo verde-amarelo” chega ao paroxismo no 8 de janeiro. Ainda que angustiados diante da hesitação do seu líder, hesitação decorrente sobretudo da recusa de adesão ao golpe dos chefes do Exército e da Aeronáutica; mesmo após a posse do governo legitimamente eleito, milhares de pessoas invadiram, depredaram as sedes dos três Poderes, enfrentaram as forças de segurança e tornaram-se atores imprescindíveis para uma tentativa de golpe de estado, convencidas de que os militares iriam aderir à conspiração. Acreditaram em uma realidade forjada, em sentidos assentados em uma narrativa falsa, mas fortalecidas pelas rotas virtuais.

Sabemos que apesar dos limites da democracia, da sua vulnerabilidade justamente por permitir aquilo que é sua razão de ser: o direito à diferença, a possibilidade da existência de vozes dissonantes, sua existência é indissociável do vigor das instituições que a conformam.

O ataque daqueles que podem ser nomeados de neofascistas tem como uma de suas etapas implodir estas instituições, deslegitimando-as para legitimar uma política baseada na força, na

violência e em uma realidade paralela a qual renega a ciência, a educação, a imprensa livre, as Artes, o Direito.

A experiência recente revela que rupturas políticas não mais ocorrem com militares e tanques tomando as ruas, mas através de um discurso que desqualifica instituições, que asfixia os atores do jogo democrático, que odeia a Diferença.

Se em 2022 estivemos a um passo de mais uma tragédia política e, consequentemente pagaríamos todos um preço muito alto pela perda da liberdade, e, assustadoramente, sob as vestes de um processo democrático, o pleito eleitoral de 2026 se avizinha como mais um momento de inflexão.

A extrema direita exige um enfrentamento em diversos níveis, envolvendo diversos atores, através da resistência das instituições, da mobilização dos sujeitos, da nossa capacidade de diálogo e do uso estratégico da comunicação, em particular de redes que podem tecer a liberdade ou o obscurantismo.

Referências Bibliográficas:

ARÃO, Cristian. *A Caixa de Pandora do neofascismo*: por que as redes sociais privilegiam a extrema direita? Disponível em: https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/a-caixa-de-pandora-do-neofascismo-por-que-as-redes-sociais-privilegiam-a-extrema-direita

Acesso em -5.02.2025

BANDEIRA, Moniz. Armações Internacionais in: ALVES, Giovanni e outros (orgs.) *Enciclopédia do Golpe* V.1, Bauru, Canal 1, 2017.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e Poder*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

FESSLER, Daniel MT, PISOR, Anne C, NAVARRETE CarlosD (2014) *Negatively-Biased Credulity and the Cultural Evolution of Beliefs*. PLoS ONE 9(4): e95167. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0095167 Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0095167

Acesso em 17.04.2025

GONÇALVES, Reynaldo José Aragon. *A trincheira do Musk no governo Trump*: o que o Brasil tem a ver com isso? https://www.brasil247.com/blog/a-trincheira-do-musk-no-governo-trump-o-que-o-brasil-tem-a-ver-com-isso

acesso em 05.12.2024

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LOBATO, Gisele. *Aliados de Bolsonaro manipularam redes para instigar golpe, mostra PF* Disponível em*:*

https://www.aosfatos.org/noticias/aliados-bolsonaro-manipularam-redes-golpe/

Acesso em 23.01.2025

MATOS, Rita de Cássia Aragão e REIS, Marcus Vinicius de Jesus.

Produção de Sentidos da Extrema Direita no Brasil. Trabalho Apresentado no XX Enecult, Salvador, UFBA. Disponível em

file:///C:/Users/DELL/Downloads/texto.enecult.2024.marcus.rita-2.pdf

MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. *Argum*.,Vitória, v. 13, n. 2, p. 8-20, maio/ago.2021.

Procuradoria Geral da República\Ministério Público Federal. *Petição nº 12.110*, Brasília\DF, 18.02.2025 Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/atoms/files/finalpet12100-denancia-versaofinal_nucleo11.pdf

Acesso em 06.03.2025

RANCIÈRE, J. 2014. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial.

SILVEIRA, S. A. da. *Direita nas redes sociais*. In: CRUZ, S. V; Kaysel, CRUZ, S. V; Kaysel, A; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver*!: o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2015. p.213-230.

SOLANO, Esther. *Crise da Democracia e extremismos de direita*.

Disponível em: https://kipdf.com/crise-da-democracia-e-extremismos-de direita_5b2f7613097c4798398b459e.html

Acesso em 21.04.2024

SOLANO, Esther. Entendendo o Brasil atual. *Revista Nueva Sociedad*, 2018, p.48-60.